

PRODUTO

11

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Fortalecendo a gestão de riscos e desastres no Brasil

PN-PDC 2025-2035



Mecanismos de Capacitação e Difusão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC)

Instituições participantes



FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

UFPA
Universidade Federal do
Paraná

Universidade
Metodista
de São Paulo



Hands



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Instituições conveniadas

Elaboração
Cilene Victor
Lilian Sanches
Filomena Salemmme

Revisão
Adriana Leiras

PRODUTO 11

MECANISMOS DE CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DO PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (PN-PDC)

BRA/12/017

Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil

Convocação nº 01/2022

Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Primeira versão: setembro de 2024

Segunda versão: novembro de 2024

EQUIPE

SUPERVISÃO GERAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MIDR)
Ministro
Waldez Góes

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – Sedec
Secretário Nacional
Wolnei Wolff

Diretora do Departamento de Articulação e Gestão
Karine Lopes

Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
Armin Braun

Diretor do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil
Paulo Falcão

Coordenador-Geral de Articulação
Reinaldo Soares Estelles

Consultora Técnica – Sedec/PNUD
Cyntia da Silva Oliveira

Coordenador de Projetos do Departamento de Articulação e Gestão
Luís Felipe Lopes de Lima Lins

ORGANISMO INTERNACIONAL COOPERANTE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/BR)

Representante-residente
Claudio Providas

Representante-residente adjunta
Elisa Calcaterra

Representante-residente assistente e Coordenadora da Unidade de Programa
Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento

Andrea Bolzon

Gerente de Projetos da Unidade de Programa Governança e Justiça para o Desenvolvimento
Livia Maria da Costa Nogueira

Assiste de Projetos da Unidade de Programa Governança e Justiça para o Desenvolvimento
Graziela Silveira

Assistente de Projetos da Unidade de Programa Governança e Justiça para o Desenvolvimento
Carolina Parisotto

PRODUTO 11 - COMITÊ TEMÁTICO CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Karine Lopes – Diretora do DAG
Loiane Souza – Cfort/DAG
Luís Felipe Lins – DAG
Lidiane Souza – Ccap/DAG
Luana Souza – Cenad

EQUIPE TÉCNICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC RIO) – LAB HANDS

Coordenação geral
Adriana Leiras

Gerência de Projeto
Daniel Ricardo Eckhardt da Silva

Especialistas
Luiza Ribeiro Alves Cunha
Antonio Andrei Pinho Braga
Brenda de Farias Oliveira Cardoso
Fabiola Negreiros
Maria Angélica Gomes da Silva
Renato Quiliche

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

Coordenação – Gestão de Riscos e Desastres
Francisco Dourado

Especialistas
José Augusto Sapienza
Carolina Bastos Marques Lopes

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

Coordenação – Políticas Públicas para Gestão de Riscos de Desastres
Carlos Machado de Freitas

Especialista
Eliane Lima

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)

Coordenação – Capacitação e Planejamento Participativo*
Cilene Victor

Especialista
Filomena Salemmme

Coordenação – Comunicação de Riscos e Divulgação
Cilene Victor

Especialistas
Roberto Chiachiri
Filomena Salemmme
Francisco Marques
Isabella Pandolfelli
Lilian Sanches
Louis Edoa
Marcelo Simões Damasceno
Renata Juliotti

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Coordenação – Capacitação e Planejamento Participativo**
Alexandra Cruz Passuello

Especialista**
Eloisa Maria Adami Giazon

Projeto Gráfico
Rennan Andrade

*A partir de 29 de fevereiro de 2024

**Equipe participante do projeto de 1º de março de 2023 a 28 de fevereiro de 2024

Brasil. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Plano Nacional de
Proteção e Defesa Civil

Produto 11 : capacitação e difusão do Primeiro Plano Nacional
de Proteção e Defesa Civil [recurso eletrônico] / Plano Nacional de
Proteção e Defesa Civil ; elaboração: Cilene Victor, Lilian Sanches,
Filomena Salemmme ; revisão: Adriana Leiras. – Brasília : Ministério da
Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de
Proteção e Defesa Civil, 2024.

1 recurso eletrônico (120 p.) : il. color.

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 20 de
dez. de 2024

Instituições conveniadas: PUC-Rio, Hands, PNUD, MIDR

Inclui bibliografia e apêndice

Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide
Web browser e Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

ISBN978-65-985148-1-5 (e-book)

1. Defesa civil – Brasil. 2. Desastres – Brasil. 3. Administração de
risco – Brasil. 4. Administração da emergência – Brasil. 5. Políticas
públicas – Brasil. 6. Comunicação. 7. Participação social. I. Victor,
Cilene. II. Sanches, Lilian. III. Salemmme, Filomena. IV. Leiras,
Adriana. V. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. VI.
Título.

CDD: 363.350981

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. COMUNICAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO SOCIAL	14
2.1 – Uma sociedade hiperconectada	16
2.2 Comunicação de riscos e intervenções midiáticas	18
3. A PRÁTICA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	24
4. MESA-REDONDA DE COMUNICAÇÃO DE RISCOS – ALGUMAS PISTAS	31
4.1 – Dinâmicas – impressões dos atores estratégicos	32
4.2 – Análise dos resultados	43
5. VOTAÇÃO PÚBLICA – MECANISMOS DE COOPERAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO	46
5.1 – Análise dos resultados da votação	49
5.2 – Contribuições dos atores estratégicos	50
5.3 – Mecanismos de Cooperação	51
5.3.1 – Análise dos resultados	54
5.4 – Mecanismos de Capacitação	56
5.4.1 – Análise dos resultados	59
5.5 – Mecanismos de Divulgação	61
5.5.1 – Análise dos resultados	64
6. CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS DIRETRIZES E METAS DO PN-PDC 2025-2035	67
6.1 – Objetivos das três diretrizes	71
6.2 – Metas das três diretrizes	75

6.2.1 – Metas de Capacitação	75
6.2.2 – Metas de Engajamento Social	76
6.2.3 – Metas de Comunicação	78
7. PROPOSIÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO	80
7.1 Mecanismos de participação social – cooperação, capacitação e difusão	81
7.2 – Proposições de mecanismos de participação social	83
7.2.1 – Proposições Engajamento Social	83
7.2.2 – Educação e Capacitação	88
7.2.3 – Comunicação e Informação	94
7.2.4 – Inovação Tecnológica e Científica	100
7.3 – Difusão além da disseminação de informação	103
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
9. REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	III

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Eventos, ações e iniciativas do processo participativo em 2023 e 2024	26
Figura 2: Distribuição dos participantes das ações do processo participativo e presença dos municípios	27
Figura 3: Estrutura do Plano Integrado de Divulgação, Comunicação de Riscos e Intervenções Midiáticas	29
Figura 4: Palavras que representam o papel da comunicação em GRD	33
Figura 5: Ranking dos principais obstáculos no campo da comunicação para GRD	39
Figura 6: Resultado consolidado para o Grupo 1 - Mecanismos que contribuem para as parcerias e cooperação	47
Figura 7: Resultado consolidado para o Grupo 2: Ações de capacitação em gestão de riscos e de desastres	48
Figura 8: Resultado consolidado para o Grupo 3: Ações para a difusão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil	48
Figura 9: A estrutura do PN-PDC 2025-2035	68

LISTA DE QUADROS

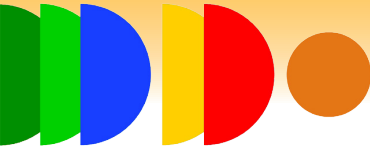
Quadro 1 – Três categorias de respostas sobre o papel das instituições na comunicação de riscos	36
Quadro 2 – Categorização das perguntas da quarta dinâmica da mesa-redonda	41
Quadro 3 – Cinco áreas prioritárias identificadas ao longo dos debates da mesa-redonda	44

ABREVIATURAS

As seguintes abreviações se aplicam neste documento:

TERMO	SIGNIFICADO
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
Censipan	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRD	Comunicação de Riscos de Desastres
EaD	Educação a Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
GRD	Gestão de Riscos de Desastres
Hands	Humanitarian Assistance and Needs for Disasters
HumanizaCom	Grupo de Pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions
MD	Ministério da Defesa
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPT	Ministério Público do Trabalho
Nupdec	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
OSC	Organização da Sociedade Civil
PN-PDC 2025-2035	Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil 2025-2035
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RRD	Redução do Risco de Desastres
Sedec	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGB	Serviço Geológico do Brasil
Sinpedc	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SipamHidro	Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TED	Termo de Execução Descentralizada
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo

1. INTRODUÇÃO



A comunicação desempenha papel central na gestão de riscos de desastres (GRD), transcendendo a mera disseminação de informações. Em uma sociedade hiperconectada, onde as mídias sociais são onipresentes, há uma tendência crescente de confundir comunicação com divulgação. Contudo, é necessário diferenciar esses conceitos, já que a comunicação é um processo social mais amplo e interativo, fundamental para o engajamento e a mobilização de diversos atores direta ou indiretamente envolvidos com a temática da redução do risco de desastre (RRD).

Deve-se mencionar que as mídias sociais, como Facebook, Instagram, TikTok, e LinkedIn, bem como plataformas de streaming como YouTube e Spotify, têm o potencial de amplificar vozes e disseminar informações com rapidez e intensidade ímpares. Ao mesmo tempo, esses recursos tecnológicos e sociais têm imposto diversos desafios à sociedade, como a propagação de desinformação, por meio de fake news, e a superficialidade na abordagem de temas complexos como a GRD.

Nesta perspectiva, resgata-se nas proposições deste Produto 11, ou etapa 11 do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) 2025-2035, a essência e os preceitos da comunicação de riscos, com seus múltiplos públicos, diferentes meios, linguagens, mensagens e interesses, o que resulta em uma comunicação para muito além de transmissão de dados. Trata-se de uma troca interativa de informa-

ções, ideias, impressões e opiniões entre indivíduos, populações, grupos e instituições, permitindo acompanhar, compreender, conceber e propor caminhos para o engajamento social no PN-PDC 2025-2035.

Este documento tem oito capítulos, contando com esta **Introdução** e as **Considerações Finais**. O **Capítulo 2** apresenta uma breve discussão teórico-conceitual nos campos do conhecimento que ampararam a concepção e a realização das ações de comunicação e capacitação, com ênfase nos estudos no campo da comunicação de riscos e das intervenções midiáticas (*media interventions*), considerando para isso o contexto da sociedade hiperconectada.

O **Capítulo 3** promove um debate sobre a importância da comunicação de riscos no contexto da GRD, destacando a complexidade de suas linguagens, meios, mensagens e públicos. A ideia de que a comunicação não pode ser reduzida à disseminação de informações é aprofundada, mostrando como os meios de comunicação social e as novas tecnologias podem ser tanto aliados quanto desafios na implementação das ações do PN-PDC 2025-2035. À discussão sobre o papel da comunicação em GRD, soma-se a apresentação dos recursos de intervenções midiáticas (*media interventions*), como aplicados ao longo do desenvolvimento do PN-PDC 2025-2035.

No **Capítulo 4**, são apresentados os principais achados da mesa-redonda de Comunicação de Riscos e Engajamento Social para a Efetividade do Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e analisadas as percepções dos atores estratégicos atuantes na área da comunicação, presentes no evento, sobre os desafios e as oportunidades da comunicação no contexto da GRD. A troca de ideias entre o público permitiu identificar os principais pontos de atenção e as necessidades de ajuste para garantir que as mensagens cheguem aos diferentes públicos de forma clara, precisa e eficaz.

O **Capítulo 5** traz a análise dos resultados da votação pública para escolha dos mecanismos de cooperação, capacitação e comunicação,

que ficou disponível na Plataforma Participa+Brasil, entre 5 de maio a 11 de junho de 2024. Para potencializar a análise dos resultados da votação, o capítulo traz ainda as contribuições de representantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) presentes no *workshop* presencial Contribuições para o Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e sua Ampla Divulgação e Engajamento Social – Atores Estratégicos do Sinpdec, realizado em Brasília, nos dias 17 e 18 de junho de 2024, que abordou essa votação em sua programação. Em uma das dinâmicas, os presentes detalharam os encaminhamentos para a efetividade das ações mais votadas.

No **Capítulos 6**, são exploradas as diretrizes, objetivos e metas do PN-PDC 2025-2035 que, de forma mais direta, abordam as duas temáticas centrais do Produto 11, capacitação e comunicação. São apresentadas nesse capítulo as três diretrizes, 6, 8 e 9, e os seus objetivos e metas que tratam diretamente de capacitação e comunicação, visando com isso acentuar que esses mecanismos perpassam a elaboração e toda a essência do PN-PDC 2025-2035. Ao longo desses capítulos iniciais, é possível observar a interconexão entre cooperação, capacitação e comunicação.

Essa constatação passa a nortear as proposições apresentadas no **Capítulo 7**. Observa-se que metas que contemplam campanhas de conscientização e capacitação técnica, por exemplo, contribuem para criar uma base sólida para a cooperação e a difusão do PN-PDC 2025-2035, garantindo que ele seja compreendido e adotado por todos os segmentos da sociedade.

Para alcançar o principal objetivo deste Produto 11, que é assegurar a ampla difusão do PN-PDC 2025-2035 e, com isso, a efetividade de seus princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores, são resgatadas as potencialidades, a essência e os preceitos da comunicação de riscos em GRD, amparada nos quatro modelos de comunicação de riscos de desastres (CRD): Intrainstitucional, Interinstitucional,

Midiático e Comunitário. Por meio de seus diversos interlocutores, canais, linguagens, tempos e propósitos, a comunicação de riscos constitui um recurso central das ações, iniciativas e programas de redução do risco de desastres, resultando em uma sociedade mais bem preparada, informada, engajada e, portanto, mais resiliente às constantes ameaças, sejam elas de origem natural ou tecnológica.

2. COMUNICAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO SOCIAL



A participação e o engajamento social têm sido conceitos centrais para o desenvolvimento de sociedades democráticas, sendo frequentemente analisados sob múltiplas perspectivas, como a política, sociológica e a educacional. Segundo Dagnino (2002), no contexto brasileiro, esses conceitos encontram raízes históricas na luta por direitos e na construção de uma cidadania ativa. No Brasil, de acordo com a autora, o engajamento social foi ampliado principalmente após a redemocratização, quando movimentos sociais e organizações da sociedade civil ganharam força para reivindicar espaços de diálogo com o Estado e influenciar políticas públicas.

Nessa direção, o conceito de participação se alinha a uma perspectiva de democracia participativa, na qual os cidadãos não apenas elegem representantes, mas também têm buscado meios de envolvimento com os processos de tomada de decisão.

Observa-se uma relação entre participação social e educação, seja formal ou informal. Isso porque, com base em autores como Paulo Freire (1996), a educação exerce um importante papel na conscientização e formação de sujeitos capazes de agir criticamente em suas comunidades. Para Freire (1960), a educação deve ser um processo emancipatório, capaz de possibilitar aos indivíduos o reconhecimento de suas capacidades de intervir na realidade para, assim, transformá-la. Nesse sentido, o engajamento social não se limita a ações pontuais, mas envolve um processo contínuo de formação crítica, no qual os

sujeitos compreendem suas responsabilidades coletivas e o poder de sua participação em esferas políticas, sociais e culturais.

Na perspectiva da comunicação, a teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas, quando transportada para o contexto nacional, contribui para o entendimento da participação social como um processo de construção de consensos racionais em espaços públicos. Habermas (1984) argumenta que a participação social efetiva ocorre quando os cidadãos podem dialogar em condições de igualdade e transparência, o que fomenta um ambiente de deliberação pública. No Brasil, essa perspectiva encontra ressonância em estudos sobre os conselhos gestores e fóruns públicos, como os descritos por Avritzer (2002), que analisam a eficácia desses espaços participativos na formulação de políticas públicas.

O engajamento social no Brasil também está intrinsecamente ligado ao fortalecimento da sociedade civil organizada, como destacam Gohn (2011) e Jacobi (2000). Os autores enfatizam a importância do papel desempenhado pela sociedade civil na ampliação dos canais de participação, especialmente em contextos de desigualdade social e econômica. Movimentos sociais, entidades da sociedade civil organizada e associações comunitárias atuam como mediadores entre o Estado e a população, promovendo a inclusão de grupos marginalizados nos processos decisórios.

No campo da gestão de riscos e de desastres, a participação social é uma das bases para a construção de políticas efetivas e inclusivas, especialmente em países como o Brasil, que enfrentam diversas ameaças de origem natural ou tecnológicas. Significa afirmar que a gestão de riscos e de desastres não pode ser conduzida exclusivamente por órgãos governamentais ou técnicos, uma vez que ela deve considerar o envolvimento da população, sobretudo dos grupos mais expostos aos riscos, em todas as fases do processo - prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Segundo Wisner et al. (2004), esse

envolvimento comunitário é fundamental para assegurar que as soluções adotadas sejam culturalmente apropriadas e sustentáveis não apenas no curto, mas no médio e longo prazo.

No Brasil, a Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em seu Art.4º, apresenta suas seis diretrizes, sendo uma delas voltadas à participação da sociedade civil. Ao prever a criação de Conselhos Municipais de Defesa Civil, a legislação brasileira reconhece a importância de incluir as comunidades locais e suas lideranças na formulação e execução de planos de contingência. Figueiredo e Zolnikov (2016) destacam o papel da participação comunitária na gestão de desastres para reduzir a vulnerabilidade social e aumentar a resiliência das populações. Esses conselhos e outros espaços participativos possibilitam o diálogo entre sociedade civil, governo e especialistas técnicos, promovendo uma abordagem colaborativa e intersetorial no enfrentamento de riscos e desastres.

2.1 – UMA SOCIEDADE HIPERCONECTADA

O engajamento social não pode ser analisado sem considerar as novas dinâmicas geradas pelas tecnologias da informação e comunicação. A internet e as redes sociais possibilitaram novas formas de organização e participação, tanto em movimentos globais quanto locais. Castells (2012) sugere que as redes digitais transformaram o engajamento social ao permitir a articulação de mobilizações massivas em torno de causas diversas, muitas vezes em tempo real.

Essas novas formas e práticas comunicacionais, ao ampliarem o alcance das vozes, inclusive de grupos mais invisibilizados e silenciados, especificamente no contexto da gestão de riscos e de desastres, podem trazer grandes contribuições para o fortalecimento da participação e do engajamento social. Essa constatação encontra ressonância nas estatísticas que evidenciam a dimensão da sociedade hiperconectada.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como se dá a presença das pessoas nas mídias sociais, o tempo que elas dedicam a essas plataformas e suas motivações para estarem lá. Segundo o Digital 2024 – Global Overview Report, publicado em janeiro de 2024, cerca de 66,2% da população mundial, estimada em 8,08 bilhões, utiliza a internet, o que equivale a 5,35 bilhões de pessoas. Em relação aos usuários de mídias sociais, esse número é de 5,04 bilhões, representando 62,3% da população global e 93,2% dos usuários da internet (Meltwater, 2024).

O tempo médio de uso da internet por essas 5,35 bilhões de pessoas é de 6 horas e 40 minutos por dia. Entre os 5,04 bilhões que acessam mídias sociais, o tempo gasto é de aproximadamente 2 horas e 23 minutos por dia. Um estudo realizado por Simon Kemp, especialista em marketing da Kepios, em colaboração com a We Are Social e a Meltwater, identificou as 15 principais razões que justificam o uso das mídias sociais. A razão mais citada, com 49,5%, é “manter contato com amigos e familiares”, seguida por “preencher o tempo livre” (38,5%) e “ler notícias” (34,2%). Compartilhar e discutir opiniões ocupa o oitavo lugar, com 22,7%, enquanto seguir celebridades ou influenciadores aparece na 14ª posição, com 20,1% (Meltwater, 2024).

No Brasil, com uma população estimada nessa pesquisa em 217 milhões de pessoas, 86,6% da população é usuária da internet. O tempo médio diário de um brasileiro na internet é de 9 horas e 13 minutos, posicionando o país em segundo lugar no ranking global, atrás apenas da África do Sul, que tem uma média de 9 horas e 24 minutos. Em seguida, estão as Filipinas (8,52 horas), Colômbia (8,43 horas), Argentina (8,41 horas) e Chile (8,31 horas). O tempo médio de navegação do brasileiro na internet é cerca de 40% maior do que a média global (We Are Social & Meltwater, 2024a).

Com relação ao uso das mídias sociais, 66,3% da população brasileira utiliza essas plataformas, o que corresponde a 144 milhões de

pessoas. Quanto ao tempo diário, o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo, com 3 horas e 37 minutos dedicados às redes sociais, ficando atrás apenas do Quênia (3 horas e 43 minutos) e da África do Sul (3 horas e 41 minutos). Embora os dados completos sobre as razões do uso de mídias sociais pelos brasileiros não estivessem disponíveis, as principais justificativas são “ler notícias” (52,7%) e “seguir influenciadores”, com 41%. A pesquisa ainda mostra que o Brasil tem 134,6 milhões de usuários no Instagram e 111,3 milhões no Facebook (We Are Social & Meltwater, 2024a).

Esses dados, especificamente do Brasil, trazem pistas importantes para o aprimoramento das ações voltadas à participação e ao engajamento social no campo da gestão de riscos e de desastres, tendo como ponto central a comunicação, neste caso, a comunicação de riscos de desastres (CRD).

Entre essas pistas, destaca-se o entendimento das potencialidades da conexão entre comunicação de riscos e os recursos de intervenções midiáticas (media interventions), explorada no *Plano Integrado de Divulgação, Comunicação de Riscos e Intervenções Midiáticas*, que norteou as ações do processo participativo do PN-PDC 2025-2035, como será apresentado no Capítulo 3.

Isso porque as ações do processo participativo não apenas foram amplamente divulgadas nas mídias sociais, como buscaram aprimorar e implementar novas linguagens para a comunicação de riscos, conferindo com isso transparência, horizontalidade e caráter inclusivo e plural à elaboração do PN-PDC 2025-2035.

2.2 – COMUNICAÇÃO DE RISCOS E INTERVENÇÕES MIDIÁTICAS

A ampla difusão do PN-PDC 2025-2035 constitui um dos principais pilares para o fortalecimento da gestão de riscos e de desastres, visando garantir, com apoio dos multiplicadores de cada segmento, o

engajamento social necessário para a eficácia da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Os princípios e melhores práticas postuladas pela comunicação de riscos de desastres permeiam todas as fases, ações, iniciativas e produtos do PN-PDC, com acentuada atenção voltada ao seu caráter inclusivo, participativo e efetivo.

Tanto como prática estabelecida quanto campo de pesquisa sólido, a comunicação de riscos integra elementos de diversas disciplinas, como psicologia, economia, sociologia e comunicação social, contando com uma ampla variedade de abordagens teóricas. Apesar dessa diversidade, há um consenso em torno do conceito como um processo de troca de informações sobre riscos. Uma das definições mais aceitas na academia é a proposta pelo estadunidense e pioneiro na área, Vincent Covello (1992): “processo de troca de informações entre as partes interessadas sobre a natureza, magnitude, significância ou controle de um risco” (p. 359). Muitas interpretações seguem essa linha, com variações que destacam aspectos específicos, como a importância do diálogo entre comunicadores e stakeholders, a necessidade de monitoramento contínuo e a gestão dos riscos.

Pioneiro nos estudos do campo, o estadunidense Baruch Fischhoff entende que a comunicação de riscos deve considerar como grupos distintos percebem o risco, influenciados por fatores sociais e culturais, com foco na importância da mídia em seu papel social ativo. Para o autor, a transparência é crucial para construir confiança e credibilidade, por meio de uma abordagem comunicacional honesta e direta, com base em evidências científicas, evitando jargões técnicos e tornando informações complexas acessíveis aos diversos públicos envolvidos, premissas aplicadas de forma transversal nas iniciativas de divulgação do PN-PDC 2025-2035.

Com base em uma pesquisa compilada na obra “Reporting on Risks: The Practice and Ethics of Health and Safety Communication” (1997), Willis e Okunade argumentam que é razoável afirmar que as

notícias influenciam, direta ou indiretamente, o comportamento do público em relação à percepção de ameaças. Em consonância com essa visão, estudos realizados pelo professor português Paulo Serra (2009) resultaram na identificação de três funções fundamentais desempenhadas pela mídia no contexto da comunicação de riscos. A primeira é o enquadramento noticioso, seguida pela função de intermediação, na qual a mídia atua como um elo entre os poderes instituídos – políticos, econômicos e científicos – e os cidadãos (2009, p. 4), ponto crucial no processo de publicização do PN-PDC 2025-2035. Já a terceira função está relacionada à legitimação da tomada de decisões, servindo como um fórum amplo onde questões relativas aos riscos devem ser analisadas e discutidas a partir de diversas perspectivas, promovendo o engajamento social.

Outro teórico que fundamenta a aplicabilidade da comunicação de riscos nas iniciativas de difusão, Paul Slovic destaca que a maneira como as pessoas percebem o risco é influenciada por fatores emocionais, culturais e psicológicos. O autor argumenta que os riscos que evocam fortes respostas emocionais, como medo ou repulsa, tendem a ser percebidos como mais altos, independentemente das estatísticas reais, enfatizando a necessidade de entender os valores e crenças do público ao comunicar riscos, para que a mensagem ressoe de maneira mais eficaz. No exemplo clássico da percepção de risco do tabagismo em comparação com agentes químicos presentes em alimentos (Sandman, 2004), como o indivíduo assume voluntariamente o risco de fumar, já reconhecido pela ciência e pela sociedade como prejudicial à saúde, a tendência é que o fumante perceba esse hábito como seguro, subestimando o risco real. Em contrapartida, as pessoas tendem a ter menos tolerância em relação aos agentes químicos nos alimentos, pois essa não é uma escolha voluntária, além de não terem controle sobre os riscos decorrentes, o que leva a uma superestimação desses perigos.

Observa-se que os indivíduos tendem a minimizar os riscos cotidianos ou conhecidos devido a uma percepção ilusória de controle, enquanto

superestimam os perigos que são desconhecidos ou não familiares – um dos pontos fundamentais a serem observados na aplicabilidade da comunicação de risco no contexto de desastres. Em consonância, a combinação de transparência, sensibilidade cultural e uso de múltiplas plataformas de comunicação, aliada ao engajamento ativo da sociedade, constitui a base para uma abordagem assertiva e responsável na gestão de riscos e desastres. O entendimento e aplicação dos princípios da comunicação de riscos são capazes de contribuir significativamente para a redução dos impactos dos desastres, fortalecendo a resiliência das comunidades e desempenhando um papel crucial na preparação, resposta e recuperação de eventos adversos.

Com atenção à necessidade de diversos meios e plataformas para explorar a comunicação de riscos, buscou-se uma aproximação com os recursos de intervenções midiáticas. O conceito de *media interventions*, aqui traduzido para intervenções midiáticas, tem origem nos anos 1980, utilizado principalmente em missões de paz da ONU, mas sua aplicação se expandiu para além do contexto de conflitos armados, abrangendo esferas como política, saúde e cultura.

Embora o conceito ainda seja relativamente novo e pouco explorado na área de comunicação, Kevin Howley (2013) lança luz sobre o tema ao reunir relatos de intervenções midiáticas em diversas partes do mundo. Uma das principais referências sobre o tema, Howley (2013) aponta que essas intervenções são táticas e estratégias usadas por grupos minoritários e movimentos sociais para contestar narrativas dominantes e trazer à tona questões ignoradas pela mídia tradicional. O autor sugere que as intervenções midiáticas têm o poder de influenciar o comportamento e o pensamento das pessoas, criando espaço para uma maior diversidade de vozes e perspectivas (Victor, 2021).

Um exemplo emblemático do impacto negativo da mídia ocorreu no caso do genocídio de Ruanda, em 1994, quando a Rádio Télévision Libre des Mille Collines (RTL) incitava o ódio entre

hutus e tutsis, contribuindo para o aumento da violência. Yanagizawa-Drott (2014) analisou a relação entre a transmissão da rádio e os níveis de violência nos vilarejos daquele país, concluindo que nas áreas onde a recepção do sinal da Rádio era boa, a violência havia aumentado em 75%. Esse caso extremo exemplificou a necessidade de intervenções de mídia para combater o uso dos meios de comunicação para fins nefastos e destacar o papel da comunicação em missões de paz e reconstrução social.

Loretta Hieber (1998) divide as intervenções midiáticas em dois tipos principais. O primeiro tipo é baseado no jornalismo tradicional, cujo objetivo é reportar os conflitos de forma imparcial, promovendo a paz e evitando o agravamento das tensões. O segundo é mais proativo, direcionado a públicos específicos com uma agenda de intervenção pré-definida, buscando resultados mais diretos e rápidos em cenários de vulnerabilidade e crise. Em ambos os casos, as intervenções midiáticas são fundamentais para impedir a escalada de conflitos e promover o diálogo em contextos sociais fragilizados.

As primeiras iniciativas de intervenções midiáticas foram implementadas pela ONU em missões de paz, como na Namíbia (UNTAG), no Camboja (UNTAC), e em Ruanda (UNAMIR). Em todos esses contextos, o papel da mídia foi essencial para combater o discurso de ódio e ajudar na reconstrução das relações sociais pós-conflito. Nessa linha, Michelle Betz (2004) discutiu a importância de programas de educação cívica e formas alternativas de comunicação para promover a conscientização e a inclusão social nas sociedades devastadas pela guerra.

Observa-se que a mesma mídia, o Rádio, nos exemplos mencionados, foi usado como veículo para as estratégias e táticas de intervenção. Na atualidade, as intervenções midiáticas podem ser alcançadas de forma cruzada, ou seja, é possível adotar essas táticas

cas nas mídias sociais para interferir em uma realidade provocada pelas mídias tradicionais, assim como o inverso.

No caso específico da gestão de riscos e de desastres, as estratégias e táticas de intervenção configuram respostas para algumas situações comuns nessa área, como: 1. ausência ou opacidade dessa pauta na grande mídia, com exceção da cobertura acentuada de desastres de grandes proporções; 2. silenciamento e apagamento da maioria dos atores sociais que atuam direta ou indiretamente na gestão de riscos e de desastres; 3. desconfiança do potencial das mídias sociais para o engajamento social com temas de grande relevância; 4. predominância da cultura do não reconhecimento dos esforços voltados à gestão de riscos e de desastres; 5. propagação de desinformação e fake news.

São táticas e estratégias como essas que solificam a conexão entre comunicação de risco de desastre e os recursos de media interventions no contexto da gestão de riscos de desastres, como as adotadas pela primeira vez na realidade brasileira no projeto Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017 - Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil, firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Sedec. No projeto, foram explorados diversos meios e plataformas, linguagens, mensagens e interlocutores (GIRD+10).

3. A PRÁTICA DO PROCESSO PARTICIPATIVO



O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) 2025-2035 foi elaborado com base em um processo participativo abrangente, envolvendo diversos atores sociais em todas as fases de sua construção. O PN-PDC 2025-2035, que consolida-se como um dos principais marcos na gestão de riscos e de desastres no Brasil, contou com a contribuição de representantes de todos os segmentos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec): defesas civis nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, movimentos sociais, Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs), órgãos governamentais, sociedade civil organizada, academia, organismos internacionais e entidades privadas.

Para assegurar um envolvimento efetivo no PN-PDC 2025-2035, foram estabelecidos cinco tipos de participação:

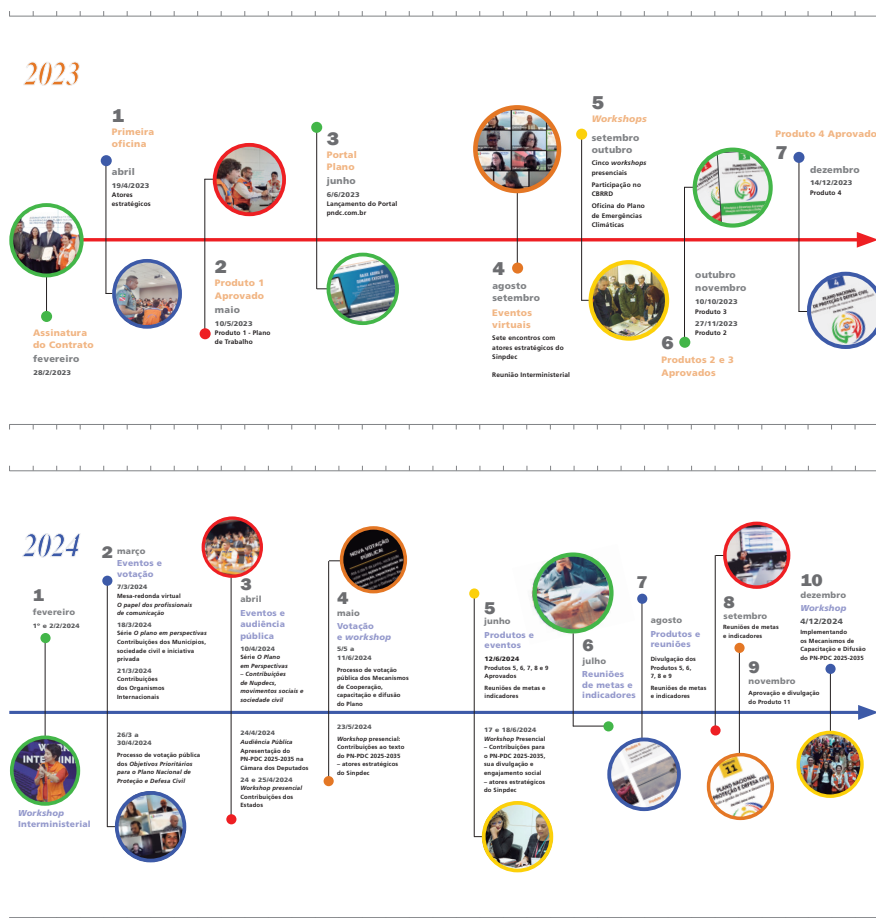
1. Informativa;
2. Por fornecimento de dados;
3. Consultiva simples;
4. Consultiva obrigatória;
5. Propositiva.

E foram criadas oito formas de participação, incluindo:

1. Mídias sociais e o portal do PN-PDC 2025-2035;
2. Questionários;
3. Entrevistas semiestruturadas;
4. Reuniões e encontros técnicos;
5. Encontros virtuais;
6. *Workshops* presenciais;
7. Devolutivas;
8. Validações.

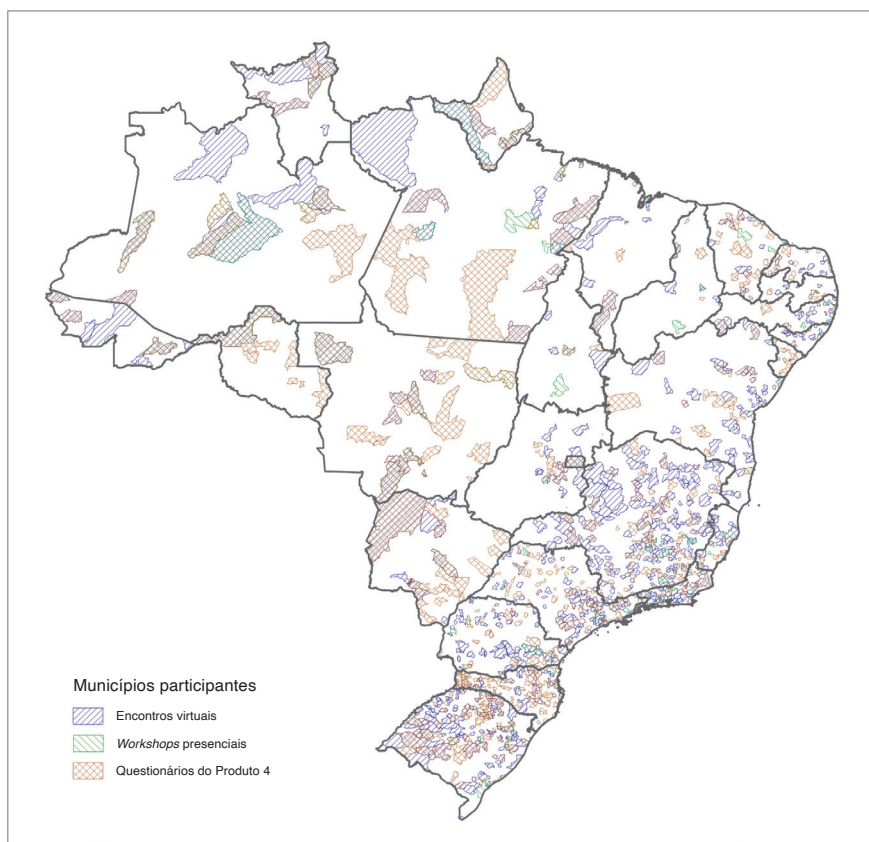
Cada tipo de participação foi viabilizado por uma combinação dessas formas, todas atreladas à ampla divulgação das informações do PN-PDC 2025-2035, disponível tanto nas mídias sociais da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) (<https://linktr.ee/defe-sacivilbra>), do Laboratório Hands, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (<https://linktr.ee/labhands>), do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) (<https://linktr.ee/humanizacom>) quanto no portal oficial (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/pn-pdc>). A Figura 1 apresenta a linha do tempo das ações do processo participação em 2023 e 2024.

Figura 1: Eventos, ações e iniciativas do processo participativo em 2023 e 2024



As atividades do processo participativo nos anos de 2023 e 2024 alcançaram 4.282 pessoas de 1.187 municípios. Entre esse público, 2.256 participaram de encontros virtuais, 927 participaram de *workshops* presenciais e 695 responderam a questionários. Somado a esses números, 357 pessoas participaram de votações públicas e 47 contribuíram em reuniões de definição de metas e indicadores, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Distribuição dos participantes das ações do processo participativo e presença dos municípios



A representação desses municípios garantiu uma visão detalhada da gestão de riscos e de desastres, que foi refletida em todos os capítulos do PN-PDC 2025-2035. Um exemplo disso foi a votação pública realizada entre 5 de maio e 11 de junho de 2024, por meio da plataforma Participa+Brasil, que permitiu a escolha de ações em três áreas: **cooperação e parcerias, capacitação em gestão de riscos e de desastres e difusão do PN-PDC 2025-2035**. O total de 179 votos foi contabilizado, compilando as ações mais votadas, como discutidas no **Capítulo 5** deste documento.

Os resultados dessas iniciativas foram amplamente divulgados nas mídias sociais das instituições parceiras e no site do PN-PDC 2025-2035, por meio de sumários executivos, vídeos, animações, podcasts, e outros materiais classificados como intervenções midiáticas (*media interventions*). A avaliação dessas ações, por parte dos participantes, também foi essencial para aprimorar a metodologia e o conteúdo dos eventos participativos.

Todo o processo de elaboração do PN-PDC 2025-2035 foi sustentado pelo *Plano Integrado de Divulgação, Comunicação de Riscos e Intervenções Midiáticas*, que garantiu a transparência e efetividade da comunicação ao longo de todo o desenvolvimento do PN-PDC 2025-2035. Esse plano envolveu uma variedade de canais de comunicação, visando alcançar todos os segmentos do Sinpdec e reforçar o sentimento de pertencimento dos participantes, com base na ampliação de suas vozes, na escuta ativa e no respeito às suas demandas. A Figura 3 representa a estrutura desse Plano de Comunicação.

Figura 3: Estrutura do Plano Integrado de Divulgação, Comunicação de Riscos e Intervenções Midiáticas



Fonte: Victor, 2024.

O Plano de Comunicação, amparado nos preceitos da comunicação de riscos e das intervenções midiáticas, foi pensado para garantir a ampla difusão das etapas do PN-PDC 2025-2035, como o processo participativo e a produção dos 10 produtos que deram a base para a sua elaboração. Cada produto ou etapa, com suas ações, seus resultados parciais e finais, foi amplamente divulgado, evidenciando que a difusão do PN-PDC 2025-2035 faz parte da sua fundação, o que garantiu o engajamento dos atores estratégicos e da sociedade como um todo.

Essa transparência foi reforçada ainda mais pela presença, em todos os eventos e ações, de representantes da Sedec, como supervisora do projeto de elaboração do PN-PDC 2025-2035, e da equipe técnica, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), coordenadora-geral do projeto, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Alguns dos eventos contaram com a participação direta do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), como executor principal do PN-PDC 2025-2035, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organismo responsável pela cooperação.

O engajamento social e político é crucial para que o PN-PDC 2025-2035, com seus princípios, diretrizes, objetivos e metas, gere contribuições efetivas, especialmente no apoio aos estados e municípios na construção de seus próprios instrumentos, planos e iniciativas de enfrentamento de riscos e desastres.

Nesse contexto, ações midiáticas como Reels, vídeos no Tik Tok, minidocumentários, teasers, notas e podcasts foram produzidas e amplamente divulgadas nas redes sociais, principalmente das instituições envolvidas na elaboração do PN-PDC 2025-2035.

As estratégias de comunicação de riscos, adotadas nessas ações de mídia, garantiram que o processo de elaboração do PN-PDC 2025-2035 fosse inclusivo, participativo e eficaz.

4. MESA-REDONDA DE COMUNICAÇÃO DE RISCOS – ALGUMAS PISTAS



No âmbito das ações do processo participativo do projeto de elaboração do primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035), foi realizada uma mesa-redonda com o objetivo de promover a discussão e o levantamento de proposições voltadas à concepção de orientações, protocolos, mecanismos, iniciativas, programas e ações que possam assegurar a ampla divulgação do primeiro PN-PDC 2025-2035 e, com isso, a adoção e aplicação bem-sucedida de seus princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o fortalecimento da gestão de riscos de desastres (GRD) no Brasil.

O evento teve como público-alvo profissionais com atuação na área da comunicação, representando segmentos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), como as defesas civis, a academia, organizações da sociedade civil, entidades privadas e jornalistas. Com o título **Comunicação de Riscos e Engajamento Social para a Efetividade do Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil**, a mesa-redonda foi realizada no dia 7 de março de 2024, por meio da plataforma Zoom, e reuniu 55 representantes do Sinpdec.

Com duas horas de duração, a mesa-redonda foi estruturada em três partes. A primeira consistiu na apresentação da evolução do PN-PDC 2025-2035 pelos representantes da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) e da equipe técnica, com destaque à área da comunicação. A segunda parte foi destinada a dinâmicas para levantar as impressões e contribuições do público

presente. A terceira, por sua vez, foi voltada ao debate e discussão entre os presentes, a Sedec e a equipe técnica.

Essa estrutura foi pensada para garantir uma metodologia participativa e, com isso, explorar os achados e encaminhamentos decorrentes das dinâmicas e discussões para embasar as diversas etapas e produtos do PN-PDC 2025-2035 no que diz respeito à temática da comunicação, em especial esta etapa ou Produto 11.

Deve-se mencionar que a primeira parte da mesa-redonda, a da apresentação, teve três momentos, um destinado à explicação do contexto que resultou na demanda e um plano nacional nessa área; outro voltado ao compartilhamento dos resultados finais e parciais dos produtos de 2 a 9; e o terceiro centrado nos aspectos comunicacionais e no processo participativo.

Esse terceiro momento destacou as especificidades da Comunicação de Riscos de Desastres (CRD), que ocorre entre interlocutores distintos, em tempos específicos, com linguagens, formatos, interesses e diferentes meios. O objetivo foi evidenciar o alinhamento do Plano Integrado de Divulgação, Comunicação e Intervenções Midiáticas com os preceitos da CRD, em especial amparada nos quatro modelos: CRD Intrainstitucional; CRD Interinstitucional; CRD Midiático; e CRD Comunitário (Victor, 2015). Com isso, foi possível identificar em cada um desses grupos os principais desafios e potencialidades da comunicação para a Redução do Risco de Desastres (RRD).

4.1 – DINÂMICAS – IMPRESSÕES DOS ATORES ESTRATÉGICOS

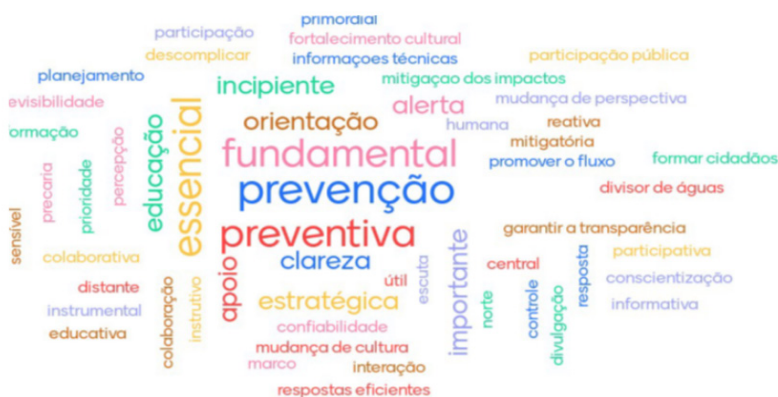
Ao longo da mesa-redonda foram promovidas quatro dinâmicas interativas com os participantes. Essas dinâmicas contribuíram para a discussão e levantamento de proposições voltadas à concepção de orientações, protocolos, mecanismos, iniciativas, programas e ações que assegurem a ampla divulgação do PN-PDC 2025-2035.

Os resultados das quatro dinâmicas estão divididos em dois: quantitativo, por meio de palavras-chave ou expressões representadas em nuvens de palavras ou gráficos; e qualitativo, alcançado por meio da análise de conteúdo das falas gravadas ao longo do evento. As dinâmicas de base quantitativa foram realizadas por meio da ferramenta digital Mentimeter, que permite, em tempo real, observar a evolução da participação e o seu resultado.

A **primeira dinâmica** consistiu na construção de uma nuvem de palavras que expressasse a **percepção dos participantes acerca do papel da comunicação em GRD**. Dos **55 participantes**, **30 interagiram nessa dinâmica** e registraram **77 palavras** que consideraram mais significativas para responder ao tema proposto.

A partir da escolha das palavras, o Mentimeter foi elaborando em tempo real a nuvem de palavras, conforme a Figura 4.

Figura 4: Palavras que representam o papel da comunicação em GRD



As palavras mais destacadas, “prevenção”, “fundamental”, “essencial”, “preventiva” e “educação”, indicam uma ênfase clara na necessidade de iniciativas proativas para evitar desastres, acentuando que a comunicação deve estar centrada na prevenção como um aspecto essen-

cial para a GRD. Esse alinhamento entre comunicação e prevenção é fundamental para garantir a adoção de uma cultura de resiliência, adaptação e mitigação dos riscos de desastres.

A conexão entre **comunicação e educação** no campo da GRD traduz a importância de se reconhecer uma dupla face de ambas, ou seja, o caráter educativo da comunicação e a face informativa e comunicacional da educação. Essa vertente educativa da comunicação, em especial ao preparar e conscientizar a população sobre medidas preventivas, de adaptação e resiliência, traduz um grande desafio para as instituições atuantes e responsáveis por ações de GRD. Isso porque termos como “educação” e “formar cidadãos” na nuvem de palavras reforçam que a comunicação deve ir além da simples transmissão de dados e informações, promovendo uma aprendizagem contínua, preparando e capacitando as pessoas para agirem de maneira informada e preventiva em situações de risco. Esse entendimento identifica as duplas faces da comunicação e da educação como elementares para o desenvolvimento de uma cultura de resiliência.

Já os termos “estratégica”, “orientação” e “clareza” reforçam a importância de uma comunicação bem planejada e acessível, que deve ser capaz de orientar a sociedade de forma clara e eficaz. Essa comunicação precisa ser estruturada de modo estratégico, contemplando não apenas a divulgação de informações, mas também a formação de cidadãos bem preparados e conscientes para lidar com os riscos. Isso demanda uma comunicação de base cotidiana entre as defesas civis, por exemplo, e a população, em especial as mais expostas aos riscos.

Os termos “participativa”, “informativa” e “interação” mostram que a comunicação não pode ser unilateral, mas sim envolver diversos atores, incluindo os movimentos sociais, os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs), entidades da sociedade civil, a academia e entidades privadas. A necessidade de transparência e a promoção de fluxos de informação também são questões críticas

destacadas pela nuvem de palavras, reforçando a ideia de que a comunicação para a redução de riscos deve ser colaborativa.

A segunda dinâmica foi guiada pela pergunta: **Qual é o papel das instituições e dos atores estratégicos no campo da comunicação de riscos?** Para isso, foi considerado que não existe uma única comunicação de riscos, mas várias acontecendo simultaneamente. Como a comunicação de riscos ocorre entre interlocutores distintos, em tempos específicos, com linguagens, formatos, interesse, objetivos e mídias distintas, foram adotados os quatro modelos de comunicação de riscos de desastre (CRD): **CRD Intrainstitucional**, tendo como interlocutores as defesas civis em toda a sua estrutura, nacional, distrital, estaduais e municipais; **CRD Interinstitucional**, formado pelas defesas civis, órgãos públicos, organismos internacionais, entidades privadas, sociedade civil, academia e entidades de classe; **CRD Midiático**, representado por profissionais e veículos de mídia, não apenas os de abrangência nacional ou estadual, mas sobretudo os veículos locais, como jornais, emissoras de Rádio e TVs; e **CRD Comunitário**, tendo como interlocutores as defesas civis, a população-foco, suas lideranças e representantes de Nupdecs.

A pergunta foi respondida por **27 participantes** da mesa-redonda. As respostas foram categorizadas em três grupos: **divulgação e planejamento; mobilização, conscientização e combate à desinformação; orientação e preparo da população e redução de danos.**

A partir da categorização das respostas, foi possível identificar o papel atribuído às instituições e aos atores estratégicos no campo da comunicação de riscos, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Três categorias de respostas sobre o papel das instituições na comunicação de riscos

Divulgação e planejamento
• Assegurar que as mensagens cheguem ao público-alvo e sua compreensão resulte em resiliência e adaptação. • Apoiar na divulgação de riscos nos municípios junto aos gestores locais, como também colaborar com a imprensa da região para a amplificação de alertas necessários. • Organizar os planos de trabalhos para que sejam de fácil entendimento da população e divulgar as ações realizadas de forma mais eficaz, eficiente e contínua. • Organizar as assessorias de comunicação para que estejam estruturadas e aptas a atender as demandas da sociedade. • Mobilizar os meios de comunicação e redes sociais para se engajarem em campanhas que conscientizem a sociedade sobre a importância do cadastro em sistemas de emissão de alertas de desastres.
Mobilização, conscientização e combate à desinformação
• Despertar para a mobilização e para a mudança de cultura, de uma perspectiva reativa para uma mais preventiva, reduzindo danos humanos e materiais e, principalmente, preservando vidas. • Levantar e produzir informação com precisão, visando a conscientização da sociedade e a adoção de atitudes preventivas. • Buscar reduzir a condição de vulnerabilidade das comunidades-alvo e promover ações preventivas por meio da comunicação. • Concentrar esforços nas pautas, agendas e eventos com foco na prevenção e no cuidado com a cidade sustentável, mostrando o elo entre a redução de risco e adaptação para evitar o desastre. • Combater a desinformação e a propagação de fake news, seja no contexto dos riscos ou dos desastres.

Orientação e preparo da população e redução de danos

- Mediar a relação entre os meios de comunicação tradicionais, as mídias sociais e seus usuários, visando orientar e preparar a população para lidar com os riscos aos quais está exposto.
- Promover atividades educativas nas comunidades, principalmente as situadas em áreas de risco.
- Explicar, esclarecer e capacitar os formadores de opinião sobre as interconexões no campo da GRD.
- Adotar uma comunicação capaz de reduzir os danos sofridos pela população no contexto de riscos e desastres.
- Fornecer informações precisas, transparentes e acessíveis, optando sempre pela segurança das pessoas.

A primeira categoria, **divulgação e planejamento**, sublinha a importância de as instituições assumirem uma comunicação estratégica e estruturada para alcançar o público-alvo de forma eficiente, destacando o papel das assessorias de comunicação e a colaboração com a imprensa local para amplificar os alertas e garantir que as mensagens sejam compreendidas e levem à ação.

Na segunda categoria, **mobilização, conscientização e combate à desinformação**, as instituições e atores estratégicos são responsáveis por engajar a sociedade na prevenção de desastres, promovendo uma mudança de comportamento de uma postura reativa para uma mais preventiva. Aqui, o foco está na disseminação de informações precisas que conscientizem e mobilizem, ao mesmo tempo em que se combate ativamente a desinformação, uma ameaça cada vez mais presente no contexto de riscos. Essa comunicação busca não apenas informar, mas promover a adoção de atitudes que reduzam as condições de vulnerabilidade e protejam vidas.

A terceira categoria, **orientação e preparo da população e redução de danos**, destaca o papel mediador das instituições entre a população e a mídia, com foco na capacitação de cidadãos para enfrentar os riscos a que estão expostos. A educação, especialmente nas comunidades em áreas de risco, surge como um elemento essencial para

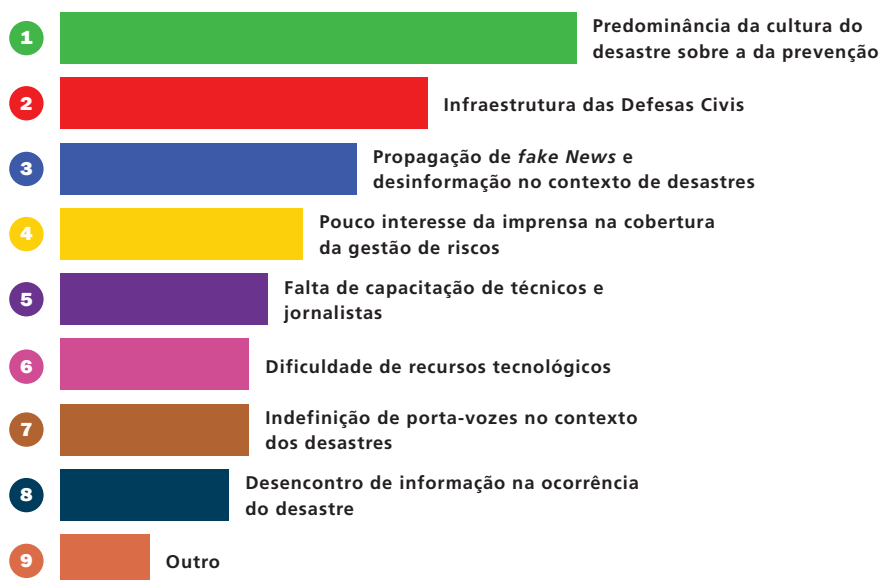
reduzir os danos e aumentar a resiliência. A comunicação deve ser transparente, precisa e acessível, sempre orientada pela segurança e pela integridade das pessoas. Essas responsabilidades somadas refletem uma abordagem holística e integrada, necessária para enfrentar os desafios da comunicação em GRD.

Na **terceira dinâmica** foram apresentados **oito obstáculos** a serem superados no campo da comunicação para a gestão de riscos e de desastres e um categorizado como “outro”. Na sequência, foi solicitado aos participantes elencar a ordem dos principais obstáculos.

A Figura 5 mostra que os **cinco mais apontados pelos 27 participantes da dinâmica foram: Predominância da cultura do desastre sobre a da prevenção; Infraestrutura das defesas civis; Propagação de *fake news* e desinformação no contexto de desastres; Pouco interesse da imprensa na cobertura da gestão de riscos; Falta de capacitação de técnicos e jornalistas.**

Vale acentuar que esses oito obstáculos foram levantados a partir das impressões, críticas, observações e opiniões dos diversos atores sociais do Sinpdec ao comentarem sobre comunicação em GRD durante ações do processo participativo do PN-PDC 2025-2035 que antecederam a realização da mesa-redonda.

Figura 5: Ranking dos principais obstáculos no campo da comunicação para GRD



A análise desse resultado mostra que o principal obstáculo destacado pelos participantes da dinâmica foi a **predominância da cultura do desastre sobre a da prevenção**, um fator que revela uma tendência histórica, social e cultural no país de focar na resposta ao desastre, em detrimento à promoção de uma cultura preventiva. Esse resultado reforça a necessidade de repensar e reposicionar a comunicação para fortalecer a prevenção, conforme sugerido nas discussões da mesa-redonda, buscando mudar o foco da reatividade para uma atitude preventiva mais consolidada.

Na perspectiva da difusão do PN-PDC 2025-2035, essa percepção dos participantes apresenta-se como um elemento norteador do papel da comunicação nos cinco eixos de atuação em proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), em especial nos dois primeiros. Isso porque a comunicação pode

contribuir para a antecipação aos riscos de desastres, por meio da ampla difusão dos princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores do PN-PDC. Não significa subestimar o papel da comunicação nas ações de preparação, resposta e recuperação, mas reconhecer o seu potencial para fortalecer as ações de RRD.

O segundo maior obstáculo identificado, a **infraestrutura das defesas civis**, evidencia que, além da comunicação, há uma carência estrutural nas defesas civis que compromete tanto a prevenção quanto a resposta eficaz aos desastres. Isso sugere a necessidade de melhorias nas condições logísticas e operacionais para que as defesas civis possam se engajar plenamente nas campanhas de comunicação de riscos e de desastres, ampliando sua capacidade de atuação junto ao público e aos parceiros interinstitucionais.

Outros obstáculos importantes incluem a **propagação de fake News e desinformação, o pouco interesse da imprensa na cobertura da gestão de riscos e a falta de capacitação de técnicos e jornalistas**. Esses elementos apontam para desafios tanto na qualificação dos profissionais envolvidos quanto no combate à desinformação, que prejudica a eficácia da comunicação de risco. A falta de interesse da imprensa também sugere a necessidade de uma maior sensibilização dos veículos de comunicação sobre a importância de cobrir não apenas o desastre em si, mas sobretudo as etapas de prevenção e mitigação. Não apenas para os veículos de abrangência nacional, como para os locais, a sensibilização e capacitação para a cobertura de ações que visam preparar a sociedade para lidar com os riscos crescentes de desastres podem resultar em maior resiliência e capacidade de adaptação.

Ao mesmo tempo que esses pontos combinados reforçam a complexidade dos desafios enfrentados no campo da comunicação para a GRD no Brasil, eles trazem pistas para a proposição de mecanismos de difusão e capacitação, como será apresentado no Capítulo 6.

A **quarta dinâmica** propôs aos participantes sugerir quais devem ser os principais recursos, instrumentos, potencialidades, mídias, públicos, modalidades e linguagens que a comunicação deve adotar para a difusão e a popularização do PN-PDC 2025-2035. Para isso, foi apresentada aos presentes a seguinte questão: **Na sua opinião, o que considera necessário para a divulgação e popularização do PN-PDC 2025-2035?** O Quadro 2 apresenta a categorização das respostas dos 22 participantes dessa dinâmica.

Quadro 2 – Categorização das perguntas da quarta dinâmica da mesa-redonda

Uso das mídias sociais e adaptação da linguagem
• Empregar linguagem simples, direta e uso de vídeos e artes nas mídias sociais, potencializando a divulgação online. • Promover estratégias de divulgação com campanhas não apenas restritas a ocorrência de desastres, mas sobretudo voltadas à percepção de risco. • Empregar linguagem mais interativa e acessível durante a divulgação, ou seja, adequar-se ao que chama mais atenção da população. • Criar um aplicativo gratuito e interativo, por região, para fortalecer a comunicação pré-desastre e de mitigação de riscos. • Pensar em ferramentas de comunicação mais populares e que enfatizem vídeos e podcasts, uma vez que as pessoas leem cada vez menos.
Parcerias com mídias e lideranças
• Desenvolver e intensificar a parceria com os meios de comunicação. • Desenvolver estratégia de comunicação que conscientize pessoas com poder de decisão dentro das empresas de mídia, indo muito além da sensibilização e preparo apenas dos jornalistas. • Utilizar as vozes de lideranças em todos os níveis da federação para falar do PN-PDC 2025-2035 em um mesmo dia, ou na mesma semana, de modo a criar uma onda sobre assunto em diversas mídias. • Envolver as lideranças comunitárias e religiosas com a difusão do PN-PDC 2025-2035.

Capacitação e estratégias de divulgação

- Capacitar jornalistas, *influencers* e formadores de opinião.
- Envolver organizações da sociedade civil que já trabalham com questões climáticas e com RRD.
- Prever ações em várias bases, desde ações comunitárias até peças de comunicação em diversas mídias, sempre considerando o maior ou menor grau de dificuldade para a compreensão das mensagens pelos diversos públicos.
- Promover e incentivar a liberdade de comunicação das defesas civis nas mídias sociais.
- Incentivar a presença de porta-vozes do PN-PDC 2025-2035 nas mídias sociais e em locais como escolas, hospitais, universidades, espaços públicos e privados.
- Sensibilizar os gestores municipais para um maior engajamento com a imprensa local.

A **quarta dinâmica** revela que a comunicação efetiva do PN-PDC 2025-2035 depende de uma combinação de recursos, estratégias e parcerias bem delineadas. A primeira categoria, **uso das mídias sociais e adaptação da linguagem**, enfatiza a necessidade de simplificar a linguagem e utilizar plataformas mais presentes no cotidiano das pessoas, como vídeos, podcasts e aplicativos interativos. Isso demonstra uma compreensão clara de que o público atual consome informação de maneira mais visual e rápida, demandando materiais que possam capturar a atenção e facilitar o entendimento sobre os riscos e a prevenção de desastres.

Na segunda categoria, **parcerias com mídias e lideranças**, a importância de colaboração com diferentes veículos de comunicação e líderes comunitários é destacada como uma estratégia central para amplificar a mensagem do PN-PDC 2025-2035. O envolvimento de vozes influentes, como líderes religiosos e comunitários, aparece como uma solução eficaz para popularizar esse instrumento da GRD, especialmente em áreas onde a confiança nesses atores é alta. A sugestão de criar uma “onda” de comunicação simultânea em diversas mídias, com apoio das lideranças,

reforça a necessidade de estratégias coordenadas para maximizar o impacto e a presença do PN-PDC 2025-2035.

Por fim, a categoria **capacitação e estratégias de divulgação** traz a preocupação com a formação contínua de jornalistas, influenciadores e formadores de opinião, destacando que a qualificação técnica desses profissionais é fundamental para uma comunicação mais precisa e efetiva. Somado a essa proposta, a sugestão de garantir a presença ativa de porta-vozes em escolas, hospitais e outros locais públicos reforça a importância de uma comunicação direta e acessível, indo ao encontro das comunidades e garantindo que a mensagem de prevenção atinja todos os setores da sociedade e fortaleça o PN-PDC 2025-2035.

4.2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao final das dinâmicas, o evento seguiu com participação propositiva por meio da escuta dos participantes em um espaço disponibilizado às falas, possibilitando o compartilhamento das opiniões, iniciativas e ações dos representantes de diversas entidades presentes sobre o processo de comunicação no âmbito da gestão de risco e de desastres e o amplo conhecimento do PN-PDC 2025-2035.

A partir das discussões e interações ocorridas durante a mesa-redonda **Comunicação de Riscos e Engajamento Social para a Efetividade do Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil**, foi possível identificar cinco áreas prioritárias de atuação na comunicação que, por sua vez, remetem a proposições também de capacitação e cooperação (Quadro 3).

Quadro 3 – Cinco áreas prioritárias identificadas
ao longo dos debates da mesa-redonda

Comunicação digital abrangente e acessível	A utilização de linguagem simples e direta, aliada ao uso de mídias digitais como vídeos e artes visuais, é vista como fundamental para tornar as mensagens sobre riscos e desastres compreensíveis a todos. A ampla divulgação online, de forma contínua, garante que as informações sejam facilmente acessíveis por diferentes públicos, ampliando o alcance da comunicação e sua efetividade na gestão de riscos.
Prevenção e percepção de risco	Uma comunicação eficaz vai além de alertas durante os desastres. É necessário promover campanhas contínuas de conscientização que trabalhem na construção da percepção de risco da população. Tais campanhas visam preparar as comunidades para agir de forma preventiva, fortalecendo a resiliência local e evitando danos maiores em situações emergenciais.
Comunicação interativa e adaptada	Para garantir maior engajamento, a comunicação deve ser interativa e adaptada às preferências do público. Utilizar formatos inovadores que chamem a atenção da população, como aplicativos e abordagens digitais dinâmicas, facilita a retenção de informações e a participação ativa no processo de mitigação de desastres.
Educação e conscientização desde a base	A promoção de uma cultura de prevenção e resiliência depende de esforços educacionais que envolvam todas as gerações e diferentes setores da sociedade. Desde a educação formal até iniciativas comunitárias, é fundamental envolver as bases locais, promovendo uma compreensão mais profunda dos riscos e das medidas de mitigação a serem adotadas.

Aplicativos regionais para comunicação pré-desastre	O desenvolvimento de aplicativos gratuitos, personalizados por região, é apontado como uma das ferramentas para fortalecer a comunicação pré-desastre. Esses aplicativos permitem que as comunidades recebam alertas e informações relevantes de forma rápida e direcionada, aproveitando o uso generalizado de smartphones e facilitando a participação ativa da população na gestão de riscos.
---	--

Esses resultados são explorados no Capítulo 7, servindo como base para a proposição de mecanismos de difusão e capacitação do PN-PDC 2025-2035. Eles contribuem para orientar o desenvolvimento de estratégias que priorizem tanto a acessibilidade digital quanto o fortalecimento da percepção de risco e a educação preventiva.

Além de orientar a estruturação de programas que utilizem ferramentas interativas e parcerias regionais, essas cinco prioridades reforçam a importância da capacitação de técnicos, jornalistas e lideranças comunitárias, garantindo o amplo conhecimento e domínio dos princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores do PN-PDC 2025-2035.

5. VOTAÇÃO PÚBLICA – MECANISMOS DE COOPERAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO



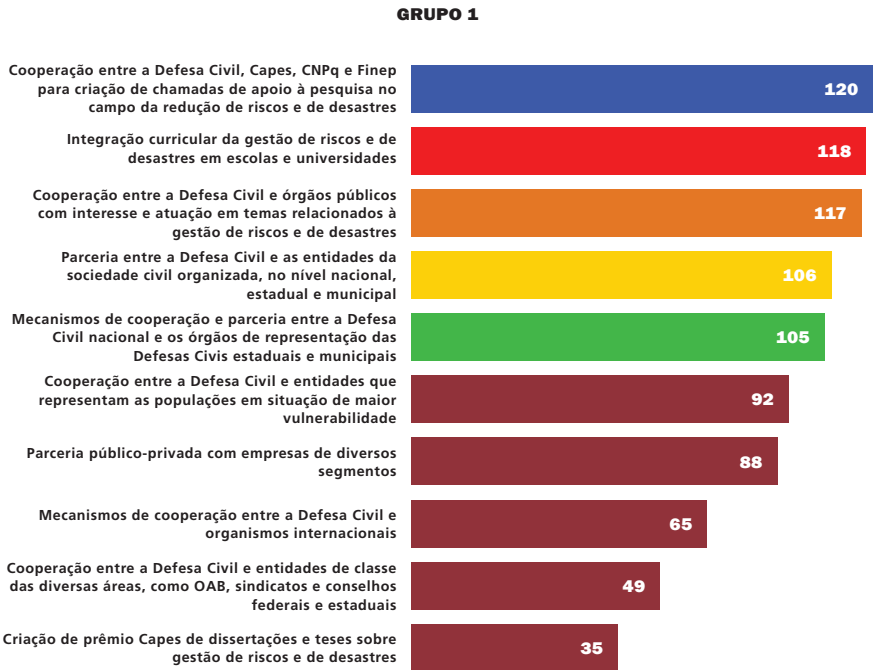
Foram realizadas duas votações públicas no âmbito da elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035), ambas disponibilizadas na Plataforma Participa+Brasil. A primeira ocorreu entre 26 de março e 30 abril de 2024 e alcançou **178 respostas**. Seu alvo foi a **escolha de objetivos** que, na opinião dos participantes, deveriam ser priorizados no PN-PDC 2025-2035. A segunda votação, disponível entre 5 de maio e 11 de junho de 2024, é o objeto central deste capítulo.

Nessa votação, os participantes tinham de escolher **5 (cinco) ações e iniciativas** das **10 apresentadas** em cada um dos **três grupos de mecanismos: cooperação e parceria; capacitação em gestão de riscos e desastres; e difusão do PN-PDC**. Dos **179 participantes**, a maioria informou ter formação superior e pós-graduação, com destaque para profissionais do setor público, como engenheiros civis, docentes e servidores da administração pública. Esse perfil sugere que esses votantes são atores estratégicos de segmentos específicos do Sinpdec, como instituições públicas e academia, que atuam direta ou indiretamente com a gestão de riscos de desastres (GRD), o que refletiu diretamente na escolha das ações e iniciativas de cada um dos três mecanismos em votação.

No **Grupo 1**, que tratou de **mecanismos de cooperação e parceria**, os resultados mostraram a relevância da colaboração entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) e institui-

ções de pesquisa para o avanço dos estudos na área de redução do risco de desastres (RRD), sendo essa a ação mais votada. Outras propostas de destaque incluíram a integração da gestão de riscos nos currículos educacionais e a cooperação entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil, mostrando um forte interesse por mecanismos que promovam a colaboração entre diferentes segmentos do Sinpdec, como pode ser observado no Figura 6. Cada um dos gráficos referentes à votação destaca com as cores do logo do PN-PDC 2025-2035 (azul, vermelho, laranja, amarelo e verde) as cinco ações e iniciativas mais votadas.

Figura 6: Resultado consolidado para o Grupo 1 - Mecanismos que contribuem para as parcerias e cooperação



No **Grupo 2**, voltado à **capacitação em gestão de riscos e desastres**, o foco principal, com maior número de votos, foi o fortalecimento das habilidades das defesas civis por meio de oficinas de capacitação em gestão de riscos e de desastres e de forma mais abrangente. Outras iniciativas bem avaliadas incluíram a promoção de cursos para fortalecer a cultura de prevenção e resiliência e a capacitação contínua para diversos setores da sociedade e visando competências em comunicação de riscos.

Figura 7: Resultado consolidado para o Grupo 2: Ações de capacitação em gestão de riscos e de desastres



Já no **Grupo 3**, centrado na **difusão do PN-PDC**, o destaque foi para a organização de seminários e *workshops* destinados à sua implementação em todas as esferas de governo, ação que obteve

a maior votação. A criação de manuais para educadores e a publicação de materiais interativos também se mostraram relevantes, indicando a importância de instrumentos educativos e interativos para a ampla divulgação do plano.

Figura 8: Resultado consolidado para o Grupo 3: Ações para a difusão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil



Esses resultados servirão de base para o desenvolvimento das propostas do Produto 11, que visa a capacitação e ampla disseminação e comunicação do PN-PDC, garantindo a sua efetividade em todo o país.

5.1 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA VOTAÇÃO

Os resultados da segunda votação pública do PN-PDC 2025-2035 revelam uma interconexão clara entre os três grupos de mecanismos — **cooperação e parceria, capacitação e difusão** —, evidenciando que uma gestão eficaz de riscos e desastres no Brasil depende da integração dessas áreas. A cooperação entre órgãos públicos, academia e sociedade civil, por exemplo, não apenas fortalece a pesquisa e inovação no campo da redução do risco de desastres, como também serve de base para capacitar os profissionais da defesa civil e a sociedade. Isso mostra que as iniciativas de parceria não podem ser vistas isoladamente, pois são o alicerce para outras ações, como a qualificação técnica e a disseminação de informações de qualidade.

A capacitação, por sua vez, aparece como o principal elo entre a cooperação e a difusão do PN-PDC 2025-2035. A formação continuada dos profissionais e a inclusão do tema da gestão de riscos em currículos acadêmicos e escolares apontam para a importância de preparar tanto os agentes públicos quanto a sociedade em geral para a atuação preventiva e responsiva. Como visto na Capítulo 4, as discussões da mesa-redonda acentuaram o quanto a capacitação está intimamente ligada à necessidade de uma comunicação clara e acessível. Por isso, a urgência de profissionais bem preparados, capacitados e engajados foi apontada como uma das formas para o PN-PDC 2025-2035 chegar à população de maneira eficiente e poder interferir, positivamente, em sua realidade, no que diz respeito a riscos de desastres.

Quanto à difusão, os resultados indicam que o sucesso da implementação do PN-PDC 2025-2035 depende também de uma comunicação estratégica e bem direcionada. A criação de materiais interativos e a realização de *workshops* não são apenas ações de divulgação, mas também formas de fortalecer a cooperação e a capacitação. A integração dessas iniciativas, promovendo seminários e manuais direcionados tanto a educadores quanto à comunidade em geral, reforça o papel da educação na conscientização e na preparação para desastres, além de destacar a importância de uma comunicação adaptada aos diferentes públicos.

Dessa forma, a análise cruzada dos três mecanismos sugere que para alcançar a efetividade do PN-PDC 2025-2035 é fundamental o alinhamento entre cooperação, capacitação e difusão. A interdependência dessas áreas revela que parcerias sólidas facilitam a capacitação adequada, e essa, por sua vez, promove a difusão eficaz das diretrizes do PN-PDC 2025-2035. Essa abordagem integrada é uma das condições para a construção de uma cultura preventiva e resiliente no Brasil, onde todos os atores envolvidos, desde os órgãos públicos até a sociedade civil, estão cientes de seu papel na redução do risco de desastres.

5.2 – CONTRIBUIÇÕES DOS ATORES ESTRATÉGICOS

Nesta seção, são apresentados os encaminhamentos e sugestões dos atores estratégicos do Sinpdec levantadas durante o *workshop* presencial [Contribuições para o Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e sua Ampla Divulgação e Engajamento Social - Atores Estratégicos do Sinpdec](#), realizado em Brasília/DF, nos dias 17 e 18 de junho de 2024.

O evento, que reuniu **28 pessoas**, teve como objetivo levantar e compilar contribuições para o PN-PDC 2025-2035 e proposições para fortalecer a cooperação, a capacitação em GRD e a ampla difusão e comunicação dos princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores do Plano Nacional, compreendendo as potencialidades das ações no nível local e comunitário.

Alinhado com a abordagem metodológica do projeto de elaboração do PN-PDC 2025-2035, o *workshop* promoveu momentos de escuta e participação ativa. Para garantir uma metodologia inclusiva, horizontal e plural, a estrutura do evento contemplou três sessões centrais:

1. apresentação das etapas do PN-PDC 2025-2035, com os achados ao longo dos 14 meses de sua elaboração, contados até a data do evento;
2. duas dinâmicas realizadas em grupo, uma com foco nos mecanismos de cooperação, capacitação e comunicação e outra voltada a metas e indicadores;
3. relatorias das discussões das dinâmicas e debate entre os participantes, a Sedec e a equipe técnica.

Para as dinâmicas, foram formados **três grupos de participantes**, sem distinção de segmento aos quais estavam vinculados, um em cada sala. Cada grupo escolheu uma pessoa para ser interlocutora e, assim, registrar as ideias, críticas, comentários e sugestões, e uma para o papel de relatora que, mais tarde, apresentaria as contribuições do grupo na sessão de relatoria e debate.

A **dinâmica** sobre mecanismos de **cooperação, participação e comunicação**, tema desta seção, focou nos resultados da votação pública que elegeu cinco ações de cada um desses três grupos.

Para garantir que as contribuições fossem registradas na sua totalidade, as relatorias foram gravadas na íntegra e posteriormente transcritas por meio do software Transkriptor e, na sequência, submetida a duas análises de conteúdo, uma realizada por meio do software de análise qualitativa e outra humana, com o propósito de checagem.

As contribuições por meio das relatorias, somam-se aquelas feitas por escrito na atividade disponibilizada nos **três grupos de participantes**, como são apresentadas a seguir, separadamente por mecanismos de cooperação, participação e comunicação.

5.3 – MECANISMOS DE COOPERAÇÃO

Neste subitem, são apresentadas as contribuições para **viabilizar as cinco ações e iniciativas** mais votadas dos **mecanismos de cooperação**.

Para cada um dos três grupos de participantes, trabalhando em salas diferentes, foi entregue uma ficha na qual eles tinham de indicar e sugerir para cada ação qual deveria ser a instituição promotora, o público-alvo, formato, linguagem, modalidade (presencial ou online) e período do ano para a sua realização.

Em uma das salas, um grupo de participantes preencheu os dados solicitados em apenas três das cinco ações. Os resultados das contribuições detalhadas dos três grupos para os mecanismos de cooperação foram condensados e apresentados a seguir.

AÇÃO 1: COOPERAÇÃO ENTRE A SEDEC, CAPES, CNPQ E FINEP PARA CRIAÇÃO DE CHAMADAS DE APOIO À PESQUISA NO CAMPO DA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

- Instituições Promotoras: Sedec, CAPES, CNPq, Finep, Defesas Civas, Universidades
- Público-alvo: Estudantes de graduação, pós-graduação, escolas técnicas, comunidade acadêmica, técnicos de defesa civil
- Formato: Editais, acordos de cooperação, convênios, oficinas, *workshops* (presenciais e online)
- Linguagem: Formal, técnica e operacional
- Modalidade: Híbrida
- Período: Contínuo, com variações regionais e eventos ao longo do ano

AÇÃO 2: INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES

- Instituições Promotoras: MEC, CAPES, Defesa Civil, Universidades
- Público-alvo: Todos os níveis escolares, estudantes do ensino fundamental e médio, professores, gestores escolares
- Formato: Cursos de extensão, livros, cartilhas, material didático, formação continuada, simulações, teatro e audiovisual
- Linguagem: Didática, lúdica ou técnica, adaptada ao nível escolar
- Modalidade: Presencial e EaD
- Período: Contínuo, com eventos anuais

AÇÃO 3: COOPERAÇÃO ENTRE A DEFESA CIVIL E ÓRGÃOS PÚBLICOS COM INTERESSE E ATUAÇÃO EM TEMAS RELACIONADOS À GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

- Instituições Promotoras: Sedec, MCTI, MPT, MD, MMA, Sebrae, órgãos municipais
- Público-alvo: Gestores públicos, sociedade civil organizada, órgãos públicos
- Formato: Acordos de cooperação, protocolos de ação conjunta e Termos de Execução Descentralizada (TEDs)
- Linguagem: Formal/administrativa, técnica
- Modalidade: Documental
- Período: Contínuo

AÇÃO 4: PARCERIA ENTRE A DEFESA CIVIL E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, NO NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

- Instituições Promotoras: Sedec, Defesas Cíveis estaduais e municipais
- Público-alvo: Sociedade civil, profissionais de comunicação, acadêmicos
- Formato: *Workshops*, boletins, simulados de emergência
- Linguagem: Técnica, audiovisual, mídias sociais
- Modalidade: Presencial e híbrida
- Período: Anual

ACÇÃO 5: MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIA ENTRE A SEDEC E OS ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DAS DEFESAS CIVIS ESTADUAIS E MUNICÍPIOS

- Instituições Promotoras: Sedec, Defesas Civas estaduais e municipais
- Público-alvo: Integrantes das Defesas Civas
- Formato: Estabelecimento de diretrizes legais, decretos, instruções normativas, exercícios simulados
- Linguagem: Formal, administrativa
- Modalidade: Documental
- Período: Durante as fases de gestão de riscos

5.3.1 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das contribuições fornecidas pelos três grupos de participantes traz pistas importantes para fortalecer as ações de cooperação no campo da gestão de riscos e de desastres no Brasil. As sugestões mostram um consenso em torno da importância da **pesquisa**, da **integração educacional**, da **cooperação interinstitucional** e da **capacitação técnica** como elementos centrais para promover uma GRD eficaz e focada também na resiliência.

A ênfase recorrente na criação de chamadas de apoio à pesquisa e na cooperação entre instituições acadêmicas e órgãos de fomento destaca a compreensão de que o conhecimento científico é essencial para melhorar as estratégias de prevenção e resposta a desastres. Ao articular universidades, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Sedec, essas ações visam mobilizar tanto a comunidade acadêmica quanto os técnicos de defesa civil, buscando soluções em inovação que possam ser aplicadas em todo o território

nacional. Esse enfoque na pesquisa indica que o progresso em GRD depende, entre outros, de um forte embasamento científico, com investigações das políticas públicas e práticas operacionais.

A integração curricular da gestão de riscos em todos os níveis escolares também aparece como uma prioridade, evidenciando o entendimento de que a formação educacional é a base para construir uma cultura de prevenção. A combinação de métodos lúdicos, técnicos e interativos, como teatro e audiovisual, reforça a necessidade de adaptar as estratégias educacionais ao público-alvo, garantindo que a conscientização sobre riscos seja incorporada desde cedo. Essa abordagem pedagógica destaca uma pista importante: a sensibilização das futuras gerações para a prevenção de desastres não deve ser um esforço isolado, mas algo incorporado sistematicamente no currículo escolar, contribuindo para a formação de cidadãos preparados e resilientes.

Outro aspecto que se destaca é a cooperação entre órgãos públicos e a sociedade civil. Os resultados mostram que há uma forte necessidade de formalizar e institucionalizar acordos e protocolos de ação conjunta, tanto entre diferentes esferas governamentais quanto entre o poder público e a sociedade civil organizada. Isso sugere que a GRD não pode ser tratada apenas como uma responsabilidade governamental, mas deve envolver múltiplos atores, em uma rede de colaboração que mobilize tanto a expertise técnica quanto o engajamento comunitário. A ideia de um processo contínuo de cooperação formalizada reflete a percepção de que, da prevenção à recuperação, os desastres são desafios permanentes, que exigem um esforço coletivo e coordenado.

Deve-se acentuar que embora os mecanismos em questão sejam de cooperação, ficou evidente que a comunicação e a capacitação técnica são fundamentais para garantir que as mensagens cheguem aos diversos públicos de maneira clara e eficaz. A oferta de *workshops*,

boletins e simulados de emergência, aliada ao uso de mídias sociais e materiais audiovisuais, indica que a difusão de informações precisa ser acessível e adaptada às diferentes realidades regionais e populacionais. Somado a isso, o estabelecimento de diretrizes formais e normativas, que orientem a atuação das defesas civis, reflete a necessidade de uma estruturação contínua e atualizada dos protocolos de ação, fortalecendo a capacidade de resposta dos profissionais envolvidos.

Esses resultados apontam, portanto, para um futuro em que a cooperação na gestão de riscos de desastres será pautada pela articulação entre pesquisa, educação, comunicação e a formalização de parcerias interinstitucionais. As pistas trazidas pelas contribuições sugerem que, para que essas ações sejam eficazes, elas devem ser contínuas, flexíveis e adaptadas às diferentes necessidades regionais, consolidando uma abordagem coletiva e multidisciplinar para a redução do risco de desastres.

5.4 – MECANISMOS DE CAPACITAÇÃO

Seguindo a mesma dinâmica, cada um dos três grupos de participantes, trabalhando em salas diferentes, recebeu uma ficha na qual eles tinham de sugerir para cada ação: instituição promotora, público-alvo, formato, linguagem, modalidade (presencial ou online) e período do ano para a sua realização.

AÇÃO 1: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES PARA DEFESAS CIVIS, CONTEMPLANDO O TEMA NA SUA TOTALIDADE E NAS CINCO FRENTES DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- Instituições Promotoras: Sedec, defesas civis e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Corpo de Bombeiros, Escola Superior de Defesa (MD), instituições acadêmicas, Cemaden
- Público-alvo: Agentes de proteção e defesa civil (federal, estaduais e municipais), sociedade civil, associações comunitárias

- Formato: Cursos, palestras, *workshops*, trilhas com certificação, capacitações bimestrais
- Linguagem: Técnica, prática, operacional, com abordagens locais
- Modalidade: Híbrido (presencial e EaD)
- Período: Anual, variando de acordo com a região

AÇÃO 2: PROMOVER CURSOS E OFICINAS DE EDUCAÇÃO, DENTRO E FORA DAS ESCOLAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DA CULTURA DE PREVENÇÃO E RESILIÊNCIA NO NÍVEL LOCAL

- Instituições Promotoras: MEC, CAPES, defesas civis (federal, estaduais e municipais), instituições acadêmicas, Cemaden
- Público-alvo: Estudantes de todos os níveis de ensino, comunidades tradicionais, ribeirinhas, entidades da sociedade civil, professores e gestores escolares
- Formato: Cursos de extensão, palestras, *workshops*, livros, cartilhas, simulações, teatro e audiovisual
- Linguagem: Lúdica e técnica, simplificada
- Modalidade: Presencial, EaD, semipresencial
- Período: Contínuo, anual, durante o ano letivo escolar

AÇÃO 3: PROMOVER INICIATIVAS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL VOLTADAS AOS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE

- Instituições Promotoras: Defesas civis, SGB, Cemaden, ENAP, Censipan, SipamHidro
- Público-alvo: Povos e comunidades tradicionais, comunidades ribeirinhas, OSCs, todos os níveis escolares, líderes comunitários, público geral
- Formato: *workshops*, palestras

- Linguagem: Simplificada
- Modalidade: Presencial, EaD
- Período: Conforme o calendário

AÇÃO 4: OFICINAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO DE RISCOS, PARA APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS INSTITUIÇÕES E COM A ÊNFASE NA COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO

- Instituições Promotoras: Defesas civis (federal, estaduais, municipais), Corpo de Bombeiros, Associações de Comunicação
- Público-alvo: Setores e assessorias de comunicação das instituições que atuam em GRD, profissionais de comunicação, radielistas, SUAS
- Formato: *Workshops*, palestras, materiais gráficos
- Linguagem: Audiovisual
- Modalidade: Híbrido (presencial e online)
- Período: Ao longo do ano

AÇÃO 5: REALIZAÇÃO DE *WORKSHOPS*, CURSOS E OFICINAS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA O FORTALECIMENTO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO DA GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

- Instituições Promotoras: Defesa Civil, Instituições Acadêmicas
- Público-alvo: Discentes, docentes, pesquisadores de cursos de interesse
- Formato: Projetos de extensão, linhas de pesquisa financiadas, estímulo à produção de artigos
- Linguagem: Técnica e acadêmica

- Modalidade: Híbrido (teoria e prática)
- Período: Anual, durante o ano letivo

5.4.1 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das proposições de capacitação revela uma abordagem diversificada para promover o fortalecimento das capacidades de diferentes atores envolvidos na gestão de riscos e desastres. As ações de capacitação refletem a necessidade de envolver tanto os agentes de defesa civil quanto a sociedade civil, abrangendo setores como comunidades tradicionais, acadêmicos, estudantes e profissionais de comunicação. Isso indica uma visão ampla e inclusiva, na qual a capacitação é vista como um processo contínuo e abrangente, que abarca múltiplas frentes de atuação.

As oficinas de capacitação em gestão de riscos e de desastres, por exemplo, focam na totalidade das cinco frentes de atuação da defesa civil, e são pensadas para integrar tanto agentes de defesa civil (federal, estaduais e municipais), quanto a sociedade civil. A presença de instituições acadêmicas e centros de pesquisa, associada à periodicidade anual e à flexibilidade do formato híbrido, aponta para um esforço de longo prazo e sistemático. A capacitação não é vista como um evento pontual, mas como um processo contínuo que deve se adaptar às particularidades de cada região. A periodicidade bimestral sugerida em algumas ações reforça a ideia de que o conhecimento deve ser constantemente atualizado e aplicado na prática operacional.

A inserção de cursos e oficinas de educação dentro e fora das escolas também mostra o compromisso em integrar a cultura de prevenção e resiliência desde a base educacional. A utilização de materiais lúdicos, como teatro e audiovisual, reflete uma preocupação em tornar o aprendizado acessível e adaptado ao público-alvo. Isso evidencia a noção de que a prevenção de desastres deve ser internalizada de forma pedagógica, alcançando estudantes de todos os níveis e garantindo que essa cultura seja transmitida e enraizada desde cedo. Essa abordagem educacional, aliada

à capacitação técnica de professores e gestores escolares, é um sinal claro de que a formação em resiliência e prevenção deve estar presente de maneira contínua e dentro do calendário escolar.

A ação de capacitação continuada para os diversos setores da sociedade destaca a inclusão de diferentes grupos, como comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas, por exemplo, entidades da sociedade civil e líderes comunitários. A presença de *workshops* e palestras com linguagem simplificada demonstra o esforço em garantir que o conhecimento técnico chegue de maneira acessível a esses grupos. Ao promover esse tipo de capacitação com o apoio de diversas instituições, é possível perceber que o foco está não apenas na capacitação dos gestores, mas também no fortalecimento das capacidades locais, empoderando as comunidades para que participem ativamente da gestão de riscos.

As oficinas voltadas para a comunicação de riscos indicam uma preocupação com a melhoria das estratégias de interação entre as instituições que atuam em GRD e a população em geral. A ênfase em materiais audiovisuais e o uso de mídias híbridas (presenciais e online) mostram que a comunicação eficaz é vista como uma parte crucial da capacitação, especialmente no que diz respeito a como lidar com situações de emergência. A inclusão de profissionais de comunicação, como radialistas e assessores de imprensa, reforça a importância de garantir que as mensagens sobre riscos cheguem de forma clara, precisa e eficiente à população.

Por fim, a promoção de *workshops* e oficinas com a comunidade acadêmica para o fortalecimento da pesquisa e extensão demonstra que a capacitação também visa incentivar a produção de conhecimento científico aplicado. A ideia de estimular projetos de extensão, linhas de pesquisa e produção acadêmica aponta para a necessidade de que as práticas de defesa civil sejam baseadas em evidências e inovação. A ligação entre teoria e prática nas modalidades de capacitação sugere que a formação técnica não deve estar dissociada da pesquisa acadêmica, mas sim integrada de forma a gerar soluções eficazes e embasadas para a gestão de riscos e desastres.

Esses resultados mostram, portanto, que as ações de capacitação propostas seguem uma linha estratégica que busca a inclusão, a inovação e a continuidade. Elas são flexíveis o suficiente para se adaptarem às necessidades regionais e setoriais, mas com um compromisso claro de garantir que o conhecimento seja disseminado de maneira contínua e acessível a todos os envolvidos.

5.5 – MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO

Assim como nas contribuições relacionadas aos mecanismos de cooperação e capacitação, foi adotada a mesma dinâmica para os mecanismos de divulgação. Cada um dos três grupos de participantes, trabalhando em salas diferentes, recebeu uma ficha na qual eles tinham de sugerir para cada ação: instituição promotora, público-alvo, formato, linguagem, modalidade (presencial ou online) e período do ano para a sua realização.

AÇÃO 1: SEMINÁRIOS E *WORKSHOPS* SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PN-PDC 2025-2035, COM PERIODICIDADE SEMESTRAL

- Instituições Promotoras: Sedec, defesa civis estaduais e municipais, rede de parcerias
- Público-alvo: Todo o sistema de proteção e defesa civil, gestores públicos e privados, agentes de defesa civil, técnicos, instituições de pesquisa, populações-alvo
- Formato: *Workshops*, seminários, palestras – ênfase em prevenção
- Linguagem: Técnica, operacional, diversificada e de fácil compreensão
- Modalidade: Preferencialmente presencial, também disponível no formato virtual
- Período: Semestral, variável conforme a condição local

ACÇÃO 2: MANUAL DO PN-PDC 2025-2035 PARA EDUCADORES – EDUCAÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

- Instituições Promotoras: Sedec, defesas civis estaduais e municipais em conjunto com instituições de ensino
- Público-alvo: Professores da educação básica e superior, incluindo comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, gestores escolares
- Formato: Documento técnico, vídeo, cartilha, material impresso e digital, com recursos interativos
- Linguagem: Técnica e acessível, pedagógica, com linguagem de fácil acesso
- Modalidade: Impresso, digital e híbrido (impresso e online)
- Período: Constante, ao longo do ano com maior intensidade antes dos períodos de risco

ACÇÃO 3: MANUAL INTERATIVO DO PN-PDC 2025-2035, A SER PUBLICADO NO PORTAL DAS DEFESAS CIVIS NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- Instituições Promotoras: Sedec, defesas civis estaduais e municipais
- Público-alvo: População em geral, toda a rede de defesa civil
- Formato: Digital interativo, vídeo, cartilha
- Linguagem: Técnica, acessível, de fácil compreensão
- Modalidade: Virtual, com recursos gráficos, acessível via plataforma online
- Período: Constante após a conclusão do PN-PDC 2025-2035, com ênfase no período de riscos

AÇÃO 4: OFICINAS DE COMUNICAÇÃO POPULAR PARA NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - DIFUSÃO DO PN-PDC 2025-2035

- Instituições Promotoras: Defesas civis municipais
- Público-alvo: Lideranças comunitárias, núcleos comunitários, populações mais expostas a riscos de desastres
- Formato: Oficinas de comunicação popular, palestras
- Linguagem: Popular e acessível
- Modalidade: Presencial
- Período: Anual, com foco nos períodos antes dos desastres

AÇÃO 5: OFICINAS DE COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE MÍDIAS SOCIAIS PARA AS ASSESSORIAS DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DAS DEFESAS CIVIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - DIFUSÃO DO PLANO NACIONAL

- Instituições Promotoras: Sedec e defesas civis estaduais e municipais
- Público-alvo: Assessores de comunicação estaduais e municipais, imprensa
- Formato: Oficinas virtuais, materiais gráficos, estratégia de mídias sociais
- Linguagem: Técnica e popular, voltada para estratégias de comunicação
- Modalidade: Virtual, com recursos ilustrativos e interativos
- Período: Ao longo do ano, sem restrições

5.5.1 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados das cinco ações de difusão do PN-PDC 2025-2035 revela uma abordagem que enfatiza a capacitação, educação e estratégias de comunicação direcionadas para diferentes públicos. As ações propostas demonstram a importância da disseminação de informações técnicas, de um lado, e acessíveis, de outro, visando alcançar os diversos setores envolvidos na gestão de riscos e de desastres. Um ponto a destacar é a implementação contínua e coordenada dessas ações.

A primeira ação, que envolve seminários e *workshops* semestrais, evidencia a necessidade de capacitação de agentes e profissionais das defesas civis, gestores públicos e privados, acadêmicos para a implementação do PN-PDC. A escolha por um formato técnico e operacional e, ao mesmo tempo, de fácil acesso, visa alcançar um público amplo e diversificado. Com a possibilidade de participação virtual, a proposta demonstra preocupação em garantir a acessibilidade das informações, permitindo os *workshops* ocorrerem de forma adaptável às necessidades locais.

O manual direcionado a educadores, proposto na segunda ação, reforça o papel da educação na construção de uma cultura de prevenção. A inclusão de professores da educação básica e superior, assim como de comunidades tradicionais, reflete uma abordagem inclusiva que visa alcançar os principais públicos de interesse. O uso de materiais impressos, digitais e interativos, sugere que a capacitação dos educadores será um processo contínuo e adaptado ao contexto escolar. Dessa forma, o plano se alinha à necessidade de inserir a temática de riscos e de desastres no cotidiano educacional, promovendo uma formação ampla sobre a resiliência e a redução de riscos.

A terceira ação, que propõe a criação de um manual interativo disponível nos portais das defesas civis, mostra a tendência de digitalização da informação. Esse recurso permitirá que tanto os órgãos envolvidos na

gestão de desastres quanto a população em geral tenham acesso contínuo a informações relevantes sobre o PN-PDC. A proposta de um formato virtual e interativo aponta para a importância de garantir que as informações, desde a prevenção até a recuperação, sejam atualizadas e facilmente acessíveis, especialmente nos períodos críticos.

A quarta ação, focada nas oficinas de comunicação popular para os núcleos comunitários de proteção e defesa civil, ressalta a necessidade de engajar diretamente as lideranças comunitárias e as populações mais expostas a riscos de desastres. A ênfase em uma linguagem acessível e popular, bem como no formato presencial, reforça a importância de preparar essas comunidades para se comunicarem de forma eficaz durante situações de risco. O fato de essas oficinas serem realizadas de maneira anual, com foco nos períodos anteriores aos desastres, evidencia o compromisso com a preparação contínua e preventiva dessas populações.

Por fim, a quinta ação, que propõe oficinas voltadas para as assessorias de comunicação das defesas civis estaduais e municipais, reflete a importância da comunicação estratégica na implementação e difusão do PN-PDC. A utilização de estratégias de mídias sociais e materiais gráficos interativos demonstra que a comunicação será um dos pilares fundamentais para o sucesso do PN-PDC. Essa ação reconhece a necessidade de profissionalizar a comunicação, garantindo que as mensagens relacionadas à gestão de riscos e desastres cheguem de forma clara e eficiente a todos os públicos, especialmente durante as emergências.

Observa-se nesta análise das cinco ações de difusão a estreita conexão entre comunicação e capacitação, assim como a ênfase em uma educação para prevenção. Significa dizer que a capacitação, por meio das oficinas e dos manuais, visa alcançar a produção e o consumo de informações de qualidade sobre o PN-PDC e, com isso, sua efetividade.

6. CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS DIRETRIZES E METAS DO PN-PDC 2025-2035



O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035) é guiado por quatro princípios, definidos no Decreto nº 10.593/2020, 9 (nove) diretrizes e 21 objetivos, que foram estabelecidos pelo processo técnico e colaborativo que envolveu a elaboração do PN-PDC 2025-2035, como mencionado na introdução deste documento.

Os princípios são:

PRINCÍPIO I

Compreensão e identificação dos riscos de desastres.

PRINCÍPIO II

Fortalecimento da governança com vistas ao gerenciamento de riscos e de desastres.

PRINCÍPIO III

Investimento na redução de riscos de desastres e fortalecimento da cultura de resiliência.

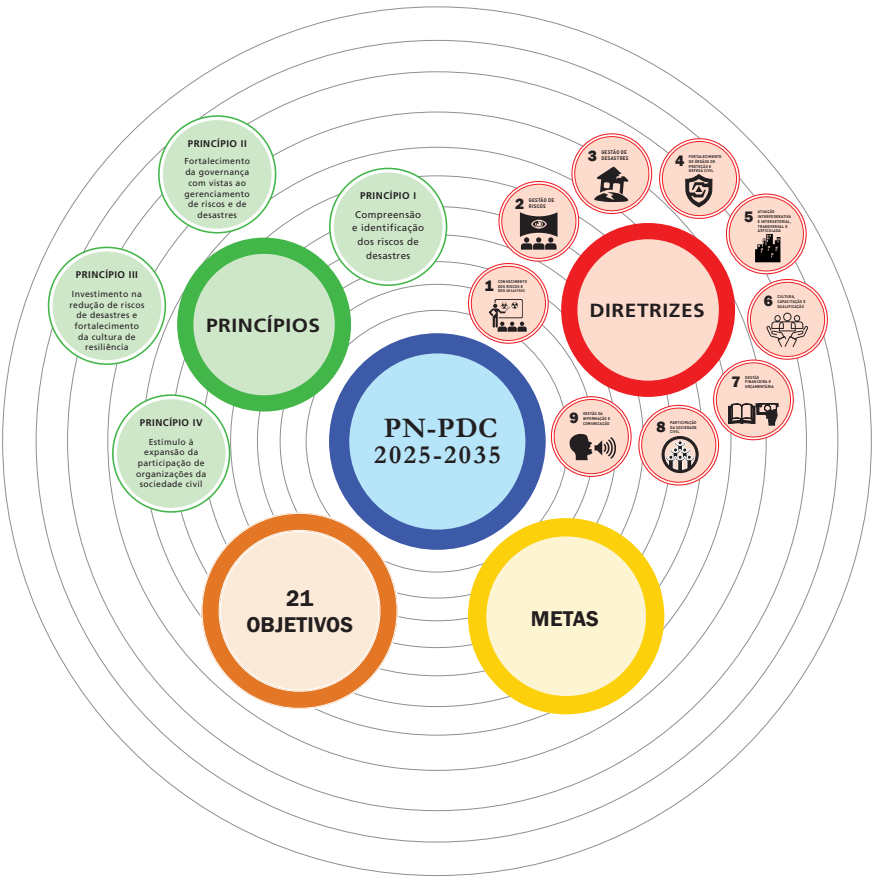
PRINCÍPIO IV

Estímulo à expansão da participação de organizações da sociedade civil.

As 9 (nove) diretrizes e os 21 objetivos abrigam metas pactuadas com 14 ministérios e distribuídas entre 28 órgãos, detalhando as ações de

proteção e defesa civil em nível nacional e regional, conforme o Art. 6º da Lei nº 12.608/2012. A Figura 9 apresenta a estrutura do PN-PDC 2025-2035, com seus princípios, diretrizes, objetivos e metas.

Figura 9: A estrutura do PN-PDC 2025-2035



Fonte: Brasil, 2024.

É possível afirmar que a capacitação e a comunicação, objetos centrais deste Produto 11, perpassam, de alguma forma, as 9 (nove) diretrizes do PN-PDC 2025-2035, como descritas a seguir. No entanto, são as diretrizes 6 e 9 que tratam diretamente de capacitação e comunicação, respectivamente. As nove diretrizes são:

- 1. Conhecimento dos Riscos e dos Desastres:** conhecimento dos riscos e dos desastres para fortalecer o planejamento e a execução das ações de proteção e defesa civil.
- 2. Gestão de Riscos:** gestão de riscos visando a redução desses riscos e de desastres, bem como evitar a instalação de novos riscos.
- 3. Gestão de Desastres:** gestão de desastres para o fortalecimento das ações de resposta aos desastres, com ênfase nos preceitos de reconstruir melhor e na implantação de infraestrutura resiliente.
- 4. Fortalecimento de Órgãos de Proteção e Defesa Civil:** fortalecimento de órgãos de proteção e defesa civil por meio do seu empoderamento institucional e de sua estruturação e profissionalização.
- 5. Atuação Interfederativa e Intersetorial, Transversal e Articulada:** atuação interfederativa, intersetorial, transversal, articulada e sistêmica nas ações de proteção e defesa civil por meio da incorporação da agenda de gestão de riscos e de desastres nas políticas públicas setoriais, incluindo a adaptação à mudança do clima.
- 6. Cultura, Capacitação e Qualificação:** cultura, capacitação e qualificação para fortalecer o planejamento e execução das ações de proteção e defesa civil.
- 7. Gestão Financeira e Orçamentária:** gestão financeira e orçamentária com foco no planejamento e na priorização de recursos para a gestão de riscos e de desastres pelas políticas setoriais alcançadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- 8. Participação da Sociedade Civil:** participação da sociedade civil na gestão de riscos e de desastres.
- 9. Gestão da Informação e Comunicação:** gestão da informação e comunicação para a estruturação e implementação de mecanismos de coleta, organização, armazenamento, análise, disseminação e uso da informação de maneira continuada.

A Diretriz 6, Cultura, Capacitação e Qualificação, foca no desenvolvimento contínuo de capacidades tanto para os agentes envolvidos na defesa civil quanto para a sociedade civil. Sua proposta é criar uma percepção de risco ampliada e promover uma cultura de prevenção. A capacitação tem um caráter inclusivo, abrangendo desde os profissionais de proteção e defesa civil até as comunidades mais vulnerabilizadas.

O objetivo é que todos estejam preparados para lidar com o risco de desastres de forma coordenada, garantindo que as estratégias de prevenção e mitigação sejam amplamente disseminadas e internalizadas. Essa diretriz reforça a importância de programas de educação, de formação acadêmica, técnica e de qualificação de todos aqueles que representam os segmentos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), como as defesas civis, a academia, os movimentos sociais, os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), sociedade civil organizada, organismos internacionais e entidades privadas.

A Diretriz 8, Participação da Sociedade Civil na Gestão de Riscos e de Desastres, trata da ampliação das possibilidades de engajamento da sociedade civil na gestão de riscos e desastres, com o objetivo de aperfeiçoar a percepção de risco e fomentar uma cultura de resiliência na sociedade. Ao promover a ação integrada entre diferentes setores da sociedade, como organizações civis, entidades privadas e instituições públicas, a diretriz visa fortalecer a cooperação entre essas partes na implementação de ações de proteção e defesa civil. Isso inclui iniciativas voltadas para a educação e a conscientização sobre riscos, além de garantir a participação ativa da população na formulação de estratégias e planos de resposta a desastres. A integração das comunidades nos processos de gestão de riscos e de desastres é fundamental para garantir que as ações de mitigação, preparação, resposta e recuperação sejam efetivas e adaptadas às realidades locais, promovendo uma maior capacidade de adaptação e resposta a desastres.

A Diretriz 9, Gestão da Informação e Comunicação, aborda a importância de estruturar mecanismos eficientes para a coleta, organização, disseminação e uso da informação relacionada a riscos e desastres. Essa

diretriz visa garantir que as informações sejam acessíveis e difundidas de maneira clara, tanto para os responsáveis pela defesa civil quanto para a população em geral. A comunicação estratégica, atenta à realidade dos públicos, dos canais de comunicação mais usados por eles, com linguagem acessível, deve acompanhar os cinco eixos de atuação em proteção e defesa civil (prevenção e mitigação, preparação, resposta e recuperação). Uma gestão efetiva da informação e da comunicação visa assegurar que todos os públicos – desde os gestores até as comunidades – tenham acesso às informações oficiais, de qualidade, críticas e em tempo real, promovendo transparência e engajamento social, além de inibir e combater a propagação de fake news e desinformação.

Essas três diretrizes têm elementos e propósitos que podem guiar e fortalecer o diálogo entre os diversos atores sociais dos segmentos do Sinpdec e, com isso, promover uma cultura voltada à redução do risco de desastres (RRD).

6.1 – OBJETIVOS DAS TRÊS DIRETRIZES

Os objetivos específicos relacionados às **Diretrizes 6, 8 e 9** do PN-PDC 2025-2035 são fundamentais para alcançar as metas de capacitação e comunicação. Esses objetivos são projetados para promover uma gestão eficiente dos riscos de desastres, integrando a capacitação contínua de agentes e comunidades, e estruturando mecanismos de comunicação eficazes.

A **Diretriz 6 (Cultura, Capacitação e Qualificação)** está amparada em três objetivos que tratam da promoção da capacitação continuada e do desenvolvimento de uma cultura de prevenção:

Objetivo 6.1: Promover a cultura de prevenção voltada à gestão de riscos e desastres.

Este objetivo foca na disseminação de práticas preventivas em diferentes esferas da sociedade, por meio de campanhas educacionais, treinamentos e outras iniciativas que visam aumentar a cons-

cientização sobre os riscos de desastres e a importância de uma cultura preventiva. Este objetivo tem como foco o eixo prevenção.

Objetivo 6.2: Realizar capacitação de comunidades e agentes governamentais e não-governamentais voltados à gestão de riscos de desastres.

O propósito é garantir que tanto os agentes técnicos quanto as comunidades sejam treinados para responder a situações de risco, integrando-se de maneira ativa nas ações de prevenção à resposta a desastres. Este objetivo abrange os eixos de atuação: prevenção, mitigação e preparação.

Objetivo 6.3: Estabelecer ou ampliar programas de formação profissional e acadêmico nas temáticas de gestão de riscos e desastres.

Esse objetivo visa o fortalecimento da formação acadêmica e profissional em áreas associadas à proteção e defesa civil, incentivando a integração desse tema nos cursos de extensão, em programas de especialização e de pós-graduação em universidades, abordando a temática de gestão de riscos de desastres. Este objetivo abrange os eixos de atuação: prevenção, mitigação e preparação.

A **Diretriz 8 (Participação da Sociedade Civil)** tem dois objetivos voltados à promoção e garantia da participação social no PN-PDC 2025-2035, como podem ser observados a seguir:

Objetivo 8.1: Fomentar ação integrada entre instituições da sociedade civil organizada, entidades privadas e entes federativos.

Este objetivo visa fortalecer a colaboração entre diferentes setores da sociedade, promovendo um trabalho conjunto na gestão de riscos e de desastres. Ao unir organizações civis, empresas privadas e os governos, pretende-se criar uma rede ampla e eficaz de ações capaz de abranger todas os eixos de atuação em proteção e defesa civil. A integração dessas instituições potencializa

as iniciativas preventivas e de mitigação, garantindo também que as respostas e as fases de recuperação sejam coordenadas e eficientes. Os eixos de atuação aqui envolvidos são: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Objetivo 8.2: Estimular a participação da sociedade civil em ações de proteção e defesa civil.

Busca-se aqui incentivar a população a participar de forma ativa e constante das atividades relacionadas à proteção e defesa civil, seja em ações de prevenção, preparação para emergências ou em respostas a desastres. A participação comunitária é fundamental para fortalecer a resiliência local, aumentar a percepção de risco e garantir que as ações de mitigação e recuperação sejam eficazes. O engajamento da sociedade civil ajuda a garantir que as decisões e estratégias de proteção e defesa civil reflitam as necessidades reais das comunidades. Os eixos de atuação contemplados incluem: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Quanto à **Diretriz 9 (Gestão da Informação e Comunicação)**, os seus quatro objetivos têm ênfase na estruturação de mecanismos de gestão da informação e comunicação, como apresentados a seguir.

Objetivo 9.1: Promover a integração de dados e informações sobre gestão de riscos e desastres.

Este objetivo busca centralizar e organizar dados sobre riscos de desastres para facilitar o acesso por parte das instituições e da sociedade, promovendo a troca de informações essenciais para a prevenção e resposta. Os eixos de atuação são: prevenção, mitigação, preparação e resposta.

Objetivo 9.2: Auxiliar na criação do Sistema Nacional de Informações de Monitoramento de Desastres.

Esse sistema será uma plataforma central para a coleta e disseminação de dados sobre riscos, facilitando a comunicação entre

os órgãos responsáveis e a população em geral, especialmente durante emergências. Os eixos de atuação são: prevenção, mitigação e preparação.

Objetivo 9.3: Aprimorar a comunicação de riscos de desastres.

O seu propósito é melhorar as estratégias de comunicação de riscos, garantindo que a população receba informações claras e acessíveis sobre as ameaças potenciais e as medidas a serem tomadas em situações de emergência. Este objetivo abrange todos eixos de atuação: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Objetivo 9.4: Promover estratégias de divulgação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil 2025-2035.

Esse objetivo visa garantir que o PN-PDC 2025-2035 seja amplamente divulgado, utilizando diversos canais de comunicação para alcançar um público amplo, especialmente em áreas vulneráveis, e fortalecer a compreensão sobre os riscos e as estratégias de gestão de riscos de desastres. Este objetivo abrange todos eixos de atuação: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Esses nove objetivos das **diretrizes 6, 8 e 9** refletem diretamente as propostas apresentadas na votação pública e nas contribuições dos atores estratégicos presentes no *workshop* presencial, como abordado no Capítulo 4. A necessidade de programas de formação contínua e acessível para diferentes públicos, bem como de mecanismos de comunicação eficientes e abrangentes, foi reiterada nas discussões durante os eventos e ações do processo participativo de elaboração do PN-PDC 2025-2035, como *workshops* presenciais, encontros virtuais, comitês temáticos, reuniões técnicas, questionários e votações públicas.

6.2 – METAS DAS TRÊS DIRETRIZES

As metas das diretrizes 6, 8 e 9, assim como observamos com os objetivos, configuram um importante instrumento para nortear a concepção de mecanismo de cooperação, capacitação e comunicação.

Juntas, essas três diretrizes têm 50 metas. A seguir, é apresentada uma síntese dessas metas, por diretriz, visando evidenciar a base que elas apresentam para os mecanismos propostos do Capítulo 7.

6.2.1 – METAS DE CAPACITAÇÃO

A Diretriz 6, intitulada “Promoção de Capacitação Continuada Direcionada a Agentes de Proteção e Defesa Civil e Sociedade Civil, Visando ao Desenvolvimento da Percepção de Risco e da Cultura de Prevenção”, ou simplesmente **Diretriz 6 – Cultura, Capacitação e Qualificação**, com seus três objetivos, tem 27 metas que refletem diretamente as contribuições dos atores estratégicos ao longo do processo participativo, incluindo os resultados da votação pública sobre os mecanismos de cooperação, capacitação e difusão. Apresentadas no **Capítulo 6** (Objetivos e Metas no Curto, Médio e Longo Prazos) do PN-PDC 2025-2035, essas metas abrangem desde a promoção de campanhas e palestras sobre prevenção de desastres até a capacitação continuada de agentes de proteção e defesa civil e comunidades mais expostas a riscos de desastres. Isso reflete a necessidade identificada pelos atores estratégicos de melhorar a percepção de risco e promover a cultura de prevenção em todo o país.

Deve-se registrar que as metas da **Diretriz 6** abrangem três eixos da atuação em proteção e defesa civil: prevenção, mitigação e preparação. Nessa perspectiva, há metas que tratam da necessidade de capacitação continuada e estão associadas tanto à mitigação quanto à preparação. Outras, por sua vez, concentram-se em tornar os cursos de capacitação mais acessíveis e inserir conteúdos voltados às populações mais vulnerabilizadas, reforçando a inclusão e a equidade na disseminação de conhecimento, também ligadas à preparação e mitigação.

Metas que tratam da ampliação do Plano de Capacitação destacam a oferta de novos cursos técnicos e de mestrado, o que reflete a preocupação dos atores estratégicos de garantir uma formação técnica qualificada em GRD. Essa ampliação também reforça a profissionalização em proteção e defesa civil, conectando-se com os objetivos relacionados à mitigação e à resposta. A capacitação da sociedade civil para disseminar o conhecimento sobre prevenção de desastres, refletida em uma das metas, foi uma prioridade clara nas votações públicas, e sua conexão com a prevenção demonstra o compromisso com a educação pública e o fortalecimento das redes comunitárias.

Por fim, a **Diretriz 6**, com seus três objetivos, refletiu a concepção de metas também voltadas ao incentivo à pesquisa acadêmica em áreas correlatas à proteção e defesa civil, a promoção de publicação de estudos sobre gestão de riscos de desastres, reforçando o papel da academia e da ciência na qualificação e desenvolvimento da capacidade de prevenção e resposta a desastres. Essas metas estão alinhadas tanto com a mitigação quanto com a preparação e revelam o compromisso em criar uma base de conhecimento sólida e aplicada para o fortalecimento da GRD.

Essas metas de capacitação da **Diretriz 6** refletem um planejamento cuidadoso e detalhado, que não apenas responde às demandas levantadas pelos atores estratégicos, mas também se articula com os eixos de atuação do PN-PDC 2025-2035, da prevenção à recuperação. A inclusão de diferentes públicos e a valorização da educação e da qualificação profissional estão no centro das ações previstas, reforçando a importância de uma abordagem ampla e inclusiva na gestão de riscos de desastres no Brasil.

6.2.2 – METAS DE ENGAJAMENTO SOCIAL

A Diretriz 8, intitulada “Ampliação da Participação da Sociedade Civil na Gestão de Riscos e Desastres para Aperfeiçoar a Percepção de Risco e Favorecer a Construção da Cultura de Resiliência na Sociedade”, propõe um conjunto de seis metas que visam fortalecer a integração e o engajamento da sociedade civil em todos os níveis de

proteção e defesa civil. Essas metas refletem a importância de criar acordos com atores estratégicos e estabelecer parcerias que envolvam tanto o setor público quanto o privado, além de garantir a inclusão de grupos vulneráveis nas ações de gestão de riscos e de desastres.

Entre as metas da Diretriz 8, destaca-se o incentivo à criação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs) em colaboração com os municípios, uma estratégia fundamental para garantir que as comunidades locais estejam organizadas e preparadas para agir em situações de risco e de desastres. Esses núcleos atuam como plataformas de apoio para fortalecer as capacidades de resposta comunitária, contribuindo para uma rede de proteção civil mais fortalecida.

Outro aspecto essencial é o estabelecimento de fóruns consultivos, que visam promover o engajamento da sociedade civil na formulação de estratégias locais, garantindo que as ações de defesa civil sejam pautadas pelo conhecimento e pelas necessidades das comunidades. Esses fóruns são fundamentais para estimular a participação ativa da população e melhorar a eficácia das ações preventivas e de resposta.

A Diretriz também prevê a criação de protocolos para a atuação de voluntários em situações de desastres, assegurando que o apoio voluntário seja devidamente estruturado e coordenado. Essa medida é capaz de aumentar a capacidade de resposta, especialmente em emergências ambientais, nas quais o apoio de voluntários é indispensável.

Entre as metas está o mapeamento de cozinhas comunitárias nos municípios mais vulneráveis, garantindo que, em situações de calamidade, haja uma rede de suporte alimentar pronta para atuar, reforçando a resiliência local e a capacidade de resposta imediata.

As seis metas da Diretriz 8 estão alinhadas aos cinco eixos de atuação, prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Elas destacam o papel central da sociedade civil na construção de uma cultura de resiliência, promovendo a inclusão e a organização comunitária como pilares para uma gestão eficaz de riscos e de desastres no Brasil.

6.2.3 – METAS DE COMUNICAÇÃO

A **Diretriz 9**, intitulada “Estruturação e Implementação de Mecanismos de Gestão da Informação e Comunicação para Coleta, Organização, Armazenamento, Análise, Disseminação e Uso da Informação de Maneira Continuada,” na sua forma simplificada **Diretriz 9 – Gestão da Informação e Comunicação**, com seus quatro objetivos, tem um total de 22 metas.

Essas metas abrangem a integração de dados, o desenvolvimento de sistemas de monitoramento de desastres, a melhoria da comunicação de riscos e a promoção de estratégias de divulgação do PN-PDC 2025-2035 que é, ao lado dos mecanismos de capacitação, objeto central deste Produto 11.

Na **Diretriz 9**, há metas que tratam da criação e padronização de bases de dados e da integração de informações em plataformas de mapeamento de risco. Elas refletem a necessidade de fortalecer a gestão de dados como parte essencial da prevenção e da mitigação de riscos de desastres. A criação da Plataforma Brasileira de Mapeamento de Riscos, com apoio de órgãos como o SGB e o Ibama, é uma prioridade, assegurando que informações críticas sejam centralizadas e acessíveis para a tomada de decisões.

Entre as metas, há uma voltada à criação do Sistema Nacional de Informações de Monitoramento de Desastres que, com implementação e aprimoramento desse sistema e integração de diferentes módulos, reflete o compromisso com a melhoria da preparação e resposta aos desastres. Esse sistema permitirá uma gestão mais eficiente dos desastres, em linha com as contribuições dos atores estratégicos que destacaram a importância de uma comunicação eficaz e a utilização de dados em tempo real para as situações de emergência.

A **Diretriz 9** tem sustentação em metas concentradas no aprimoramento da comunicação de riscos, envolvendo a criação de protocolos, atualização de materiais de comunicação e ações voltadas

à percepção pública sobre riscos e ações preventivas. Elas incluem a capacitação de profissionais de comunicação e a elaboração de materiais técnicos e educativos, integrando a comunicação de riscos como uma parte crítica na preparação e mitigação de desastres. Essa ênfase na comunicação reflete a preocupação levantada durante a votação pública, onde as oficinas de comunicação para as assessorias de imprensa e as campanhas de mídia foram altamente priorizadas pelos participantes.

Alinhadas com o objeto central deste documento estão duas metas. Uma voltada à promoção de estratégias de divulgação do PN-PDC 2025-2035, incluindo a implementação de cursos sobre seus princípios, diretrizes, objetivos e metas destinados à população em geral e outra com ênfase campanhas periódicas de comunicação. Essas metas estão em sintonia com a ideia de que a divulgação contínua e transparente das ações do PN-PDC 2025-2035 é essencial para manter não apenas os gestores informados e engajados na prevenção e resposta a desastres, mas toda a população, seja de forma direta, seja por meio de formadores de opinião.

As 22 metas da Diretriz 9 reforçam a importância de uma abordagem integrada para a gestão da informação e a comunicação de riscos, alinhando-se diretamente com as demandas expressas nas contribuições dos atores estratégicos do Sinpdec ao longo da elaboração do PN-PDC 2025-2035, incluindo os resultados da votação pública. Por meio das ações do processo participativo, os atores estratégicos identificaram a coleta e análise de dados e a comunicação como fundamentais para a gestão de riscos de desastres no Brasil.

7. PROPOSIÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO



É imperativo destacar que as proposições voltadas à capacitação e difusão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035), que serão apresentadas neste capítulo, foram concebidas com base nos resultados das ações e iniciativas do processo participativo de elaboração do PN-PDC 2025-2035.

Como apresentado no Capítulo 3, foram realizados *workshops* presenciais, encontros virtuais, comitês temáticos, reuniões técnicas, mesa-redonda, questionários e votações públicas visando alcançar representantes de todos os segmentos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec): defesas civis, academia, movimentos sociais, Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas.

A convergência dessas fontes proporcionou uma visão detalhada sobre as necessidades emergentes tanto na qualificação dos agentes envolvidos quanto na disseminação do PN-PDC 2025-2035, garantindo que seus 4 princípios, 9 diretrizes, 21 objetivos e metas sejam amplamente compreendidas e implementadas de forma eficaz.

Todas as ações mencionadas do processo participativos evidenciaram, de forma direta ou indireta, a relevância da comunicação clara, objetiva, transparente e contínua em todas as etapas da gestão de riscos e de desastres. As proposições relativas à capacitação e difusão, sobretudo nas diretrizes 6, 8 e 9 do PN-PDC 2025-2035, refletem essa demanda. Durante os debates, os atores estratégicos enfatizaram que, para garantir o sucesso na implementação des-

se novo instrumento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), é preciso fortalecer a percepção de risco da sociedade e preparar os agentes de proteção e defesa civil por meio de treinamentos contínuos que visam melhorar a atuação seja na prevenção, seja na resposta aos desastres.

Deve-se ainda acentuar que **as proposições de mecanismos de capacitação e difusão traduzem as demandas dos atores estratégicos por formas e meios capazes de viabilizar a participação de toda a sociedade brasileira na implementação e efetividade do PN-PDC 2025-2035**. Esses representantes do Sinpdec levaram para dentro do processo participativo do PN-PDC 2025-2035 não as suas demandas individuais, mas sim as de suas áreas e segmentos de atuação, de suas regiões geográficas, estados, Distrito Federal e de seus municípios.

O que foi observado com atenção na compilação, leitura e análise das contribuições do processo participativo é a correlação entre **cooperação, capacitação e difusão**, sendo a primeira uma das condições primárias para a realização e o sucesso da segunda e da terceira.

7.1 – MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – COOPERAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO

A implementação de mecanismos de participação social é fundamental para assegurar o sucesso do PN-PDC 2025-2035, não apenas relacionado ao seu alcance e efetividade, mas também no que tange à sua aplicabilidade em diferentes contextos e camadas, abrangendo desde a esfera governamental até a sociedade civil e o setor privado. Para que esse processo seja bem-sucedido, é necessário articular três pilares principais: **cooperação, capacitação e difusão**. Esses elementos são essenciais para garantir que as políticas públicas de redução do risco de desastres (RRD) sejam amplamente aceitas e aplicadas, além de proporcionar um retorno concreto à sociedade por meio de uma prestação de contas clara e transparente da gestão de riscos de desastres (GRD).

No âmbito da **cooperação**, o desenvolvimento do PN-PDC 2025-2035 foi permeado por uma abordagem que valoriza a gestão multifacetada dos riscos de desastres, englobando diversas disciplinas e setores. O PN-PDC 2025-2035 reflete a necessidade de articulação entre os diferentes segmentos do Sinpdec, garantindo que todos os atores, desde os órgãos governamentais até as organizações comunitárias, estejam alinhados em suas responsabilidades. Essa cooperação multissetorial assegura que as iniciativas sejam adaptadas às especificidades de cada região e setor, promovendo ações mais eficazes e abrangentes.

A **capacitação**, centrada na formação continuada dos diversos atores envolvidos na gestão de riscos de desastres, incluindo comunidades vulneráveis, agentes governamentais e organizações não governamentais, é fundamental para fortalecer as discussões e otimizar as ações no campo da proteção e defesa civil. A capacitação não se limita à simples disseminação de conhecimento técnico, mas visa a formação de redes de cooperação e troca de saberes, criando um ambiente propício para a implementação eficiente das medidas previstas no PN-PDC 2025-2035.

Já a **difusão** ampla do **PN-PDC 2025-2035** desempenha um papel central na consolidação da cultura de prevenção e resiliência no país. A comunicação eficaz dos princípios, diretrizes, objetivos e metas do PN-PDC 2025-2035, por meio de campanhas de conscientização e parcerias com a mídia e outros multiplicadores, é essencial para garantir que o conhecimento sobre esse instrumento da PNPDEC atinja todos os setores da sociedade. Dessa forma, a divulgação contínua e estratégica é indispensável para mobilizar a população e para fortalecer o engajamento cívico em torno das ações de prevenção e mitigação de desastres, promovendo uma gestão mais integrada e eficiente dos riscos.

7.2 – PROPOSIÇÕES DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As proposições apresentadas neste capítulo estão divididas em quatro categorias: Engajamento Social (associada à Diretriz 8 – Participação da Sociedade Civil); Educação e Capacitação (baseada na Diretriz 6 – Cultura, Capacitação e Qualificação); Comunicação e Informação (em conformidade com a Diretriz 9 – Gestão da Informação e Comunicação); e Inovação Tecnológica e Científica (também vinculada à Diretriz 9).

Essas categorias foram criadas para cobrir as principais áreas de atuação necessárias para a implementação eficaz do PN-PDC 2025-2035. Cada uma delas aborda dimensões centrais da gestão de riscos de desastres, refletindo tanto as demandas levantadas durante o processo participativo quanto as melhores práticas identificadas em níveis nacional e internacional. A criação dessas categorias visa estruturar de forma organizada as ações e mecanismos de participação social, garantindo que as diferentes frentes da GRD sejam contempladas de maneira coordenada e eficaz.

7.2.1 – PROPOSIÇÕES ENGAJAMENTO SOCIAL

Esta categoria visa orientar a criação de estruturas participativas, promovendo o fortalecimento e a mediação de fóruns de gestão de riscos e de desastres em diversos níveis. O objetivo é incentivar o envolvimento comunitário, o voluntariado e as iniciativas locais. Tais mecanismos não apenas envolvem, mas também empoderam as comunidades, permitindo que elas desempenhem um papel ativo no PN-PDC 2035-2035. A integração de práticas tradicionais e locais, aliada a sistemas participativos de monitoramento e avaliação, garante que a sabedoria e as vivências locais sejam incorporadas nas ações, programas e iniciativas de gestão de riscos e desastres. Os **mecanismos desta categoria são**: I - Estruturas de Governança Participativa;

II - Incentivo às Iniciativas Locais e ao Voluntariado; e III - Integração de Práticas Tradicionais e Locais.

I – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	
OBJETIVO	Integrar as comunidades, estimuladas por suas lideranças comunitárias e pelos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs), e os diversos setores da sociedade na implementação ativa e nas tomadas de decisão alinhadas com o PN-PDC 2025-2035.
IMPLEMENTAÇÃO	
Fomentar Fóruns de Implementação: Estimular a criação e o fortalecimento de fóruns consultivos, nos três níveis da federação, no âmbito do PN-PDC 2025-2035, incluindo as defesas civis, representantes de comunidades, lideranças comunitárias, Nupdecs, entidades da sociedade civil, da academia e do setor privado.	
Para garantir uma implementação eficaz, os fóruns devem ser criados em três níveis:	
Nível municipal: Iniciar pelos municípios com histórico de desastres, organizando fóruns formados por representantes das Defesas Civas municipais, líderes comunitários, membros de organizações da sociedade civil e Nupdecs. Esses fóruns devem reunir representantes locais para discutir ações de adaptação e prevenção, assim como capacitação em gestão de riscos e de desastres.	
Nível estadual e distrital: Expandir o mesmo modelo para os estados e o Distrito Federal. Deve-se integrar as defesas civis estaduais com a academia, representantes de municípios prioritários, entidades da sociedade civil que atuam em GRD. A função é monitorar o progresso e a adaptação ao PN-PDC 2025-2035 no nível estadual e coordenar esforços entre as cidades.	
Nível nacional: Fomentar os Fóruns de Implementação do PN-PDC 2025-2035, com participação de membros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, de ministérios, secretarias e órgãos governamentais correlatos, representantes de organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa, organismos internacionais, movimentos sociais, Nupdecs e setor privado. Esses fóruns devem ter o papel de supervisionar e monitorar o progresso e a adaptação ao PN-PDC 2025-2035 em todo o país.	
Funções pré-definidas: Definir as funções desses fóruns como meios de implementação dos princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores do PN-PDC 2025-2035, monitorando o progresso e adaptação local a esse instrumento.	

Os fóruns terão papéis claramente delineados para garantir sua efetividade. Exemplos de funções:
Municipal: Promover engajamento comunitário da sociedade civil com o PN-PDC 2025-2035 e garantir capacitação específica em gestão de riscos e de desastres, com ênfase na eficácia desse instrumento.
Estadual e distrital: Monitorar a execução e adaptação das ações dos fóruns nos municípios, além de fornecer suporte técnico e material.
Nacional: Compilar dados e relatórios dos fóruns estaduais e fornecer diretrizes adicionais para adaptar o PN-PDC 2025-2035 conforme necessário.
Capacitação e suporte: Prover capacitação específica em gestão de riscos e de desastres, com ênfase no PN-PDC 2025-2035, para a sua implementação eficaz nos níveis nacional, regionais e locais.
A capacitação será essencial para que esses fóruns atuem com eficácia. Isso pode ser feito da seguinte forma:
Treinamento técnico: Organizar <i>workshops</i> para treinar membros dos fóruns de implementação do PN-PDC 2025-2035. Esse treinamento pode ser conduzido pelas defesas civis em parcerias com outros segmentos do Sinpdec.
Capacitação dos Nupdecs: Instruir diretamente as lideranças comunitárias sobre a importância de monitorar o progresso e a adaptação local a esse instrumento. Essas capacitações podem ser realizadas tanto presencialmente quanto EaD, com o uso de plataformas digitais.
Suporte material e logístico: Garantir que os fóruns municipais, estaduais e nacionais recebam apoio institucional da Sedec/MIDR.

II – INCENTIVO ÀS INICIATIVAS LOCAIS E AO VOLUNTARIADO	
OBJETIVO	Incentivar e potencializar o voluntariado e as iniciativas locais como forças ativas do PN-PDC 2025-2035, proporcionando suporte direto e prático nas atividades de proteção e defesa civil.
IMPLEMENTAÇÃO	
Voluntariado Direcionado: Incentivar os governos estaduais a desenvolverem programas de voluntariado que se concentrem especificamente no PN-PDC 2025-2035, com foco na percepção, no conhecimento e no monitoramento de riscos, educação e organização comunitária e da sociedade civil para resposta a desastres.	

Para que o voluntariado seja eficaz, é necessário que os programas sejam focados em ações que estejam diretamente relacionadas com a implementação do PN-PDC 2025-2035:

Treinamento de voluntários locais: Oferecer treinamentos específicos para os voluntários, capacitando-os em áreas como percepção de riscos, monitoramento de áreas vulneráveis e educação comunitária. Em áreas com histórico de desastres, voluntários locais podem ser treinados para monitorar o território e fornecer informação para a defesa civil do município.

Organização de brigadas comunitárias: Incentivar a criação de grupos de voluntários para atuar em situações de emergência, como evacuação, primeiros socorros e distribuição de recursos durante um desastre.

Apoio às Iniciativas Locais: Incentivar os governos estaduais e municipais na promoção de programas de voluntariado centrados no PN-PDC 2025-2035.

Para que as iniciativas locais possam fazer a diferença na efetividade do PN-PDC 2025-2035, é necessário apoio institucional da Sedec:

Suporte técnico e material: Oferecer suporte técnico e material para garantir a contribuição do voluntariado para a organização comunitária e da sociedade civil para a resposta a desastres.

Reconhecimento e Escala: Fortalecer o Banco de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil, visando o reconhecimento das melhores iniciativas locais que, direta ou indiretamente, possam promover o PN-PDC 2025-2035, incentivando o caráter multiplicador dessas práticas em outras comunidades e instituições da sociedade civil.

Incentivar as comunidades e voluntários que se destacam na implementação do PN-PDC 2025-2035 é fundamental para expandir o alcance dessas boas práticas para outras regiões:

Prêmios e certificações: Instituir prêmios anuais para as melhores práticas de gestão de riscos e de desastres, com categorias para inovação, impacto social, e resiliência comunitária.

Multiplicação das iniciativas: As iniciativas de sucesso podem ser replicadas em outras localidades, com o fortalecimento do Banco de Boas Práticas, especificamente no âmbito do PN-PDC 2025-2035. Aquelas iniciativas premiadas podem ser detalhadas em guias práticos a serem distribuídos a outras comunidades, multiplicando o efeito positivo em âmbito nacional.

III – INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS E LOCAIS	
OBJETIVO	Incorporar e valorizar o conhecimento tradicional e as práticas locais nas estratégias de implementação do PN-PDC 2025-2035, aumentando a resiliência das comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos.
IMPLEMENTAÇÃO	
Levantamento de Conhecimentos Locais: Realizar, em conjunto com estados e municípios, o mapeamento e documentação de práticas tradicionais de gestão de riscos e de desastres em diferentes comunidades tradicionais, por meio de parceria com universidades e sociedade civil.	
O primeiro passo é identificar e mapear as práticas tradicionais que as comunidades já utilizam para enfrentar riscos e desastres, assim como mudanças no ambiente:	
Mapeamento colaborativo: Realizar um levantamento colaborativo, no qual universidades, centros de pesquisa e representantes das comunidades tradicionais possam trabalhar juntos para documentar práticas ancestrais, como o manejo de terras, técnicas de plantio em períodos de estiagem e formas de construção resilientes a desastres.	
Documentação e compartilhamento: Esse levantamento deve ser documentado em plataformas abertas, permitindo que outras comunidades e setores da sociedade tenham acesso a esse conhecimento, promovendo um intercâmbio cultural e fortalecendo a gestão de riscos e de desastres com base em práticas locais.	
Integração dos Saberes Tradicionais: Valorizar, reconhecer e integrar as práticas das comunidades tradicionais de gestão de riscos e de desastres para a implementação do PN-PDC 2025-2035.	
Reconhecer e incorporar esses saberes nas políticas públicas é fundamental para garantir que o PN-PDC 2025-2035 seja amplamente aceito e adaptado às realidades locais:	
Incorporação em planos de ação: As práticas tradicionais identificadas devem ser integradas aos planos e protocolos oficiais das defesas civis estaduais e municipais voltados à prevenção, mitigação, preparação e resposta a desastres.	
Consultoria com líderes locais: Envolver líderes comunitários em comitês de gestão de riscos, para que as decisões estratégicas contemplem não apenas o conhecimento técnico-científico, mas também as soluções amparadas nas tradições e vivências locais.	
Programas de Troca de Conhecimento e Saberes: Promover programas que promovam o intercâmbio entre conhecimento tradicional, técnico e científico no campo da gestão de riscos e de desastres no âmbito do PN-PDC 2025-2035.	

É fundamental promover o diálogo entre as diversas formas de conhecimento, estabelecendo programas de intercâmbio de saberes tradicionais e científicos:

Promover troca de saberes: Realizar programas e ações nas quais membros das comunidades tradicionais possam compartilhar suas experiências com técnicos de defesa civil e outros especialistas, ao mesmo tempo em recebam capacitação em novas tecnologias para, quando aplicado, fortalecer suas práticas locais.

Diálogos entre saberes: Fomentar diálogos contínuos entre universidades, centros de pesquisa e comunidades tradicionais, para que o conhecimento acadêmico possa ser enriquecido pelo saber local e vice-versa. Esse intercâmbio pode ser materializado na criação de linhas de pesquisa voltadas à resiliência em áreas rurais e indígenas.

Capacitação e Promoção: Promover em nível nacional e estimular que estados, Distrito Federal e municípios realizem capacitação de lideranças e membros de comunidades tradicionais, de técnicos de defesas civis para viabilizar a troca de práticas que fortaleçam a gestão de riscos e de desastres.

Capacitar líderes comunitários e membros das defesas civis é fundamental para que a troca de saberes e a integração de práticas tradicionais sejam efetivas:

Treinamentos bilaterais: Desenvolver programas de capacitação tanto para as comunidades tradicionais quanto para os técnicos de defesa civil, para que ambos possam colaborar de forma mais eficiente. Técnicos podem ser treinados em práticas tradicionais de sobrevivência em áreas remotas, enquanto membros das comunidades podem aprender sobre o uso de tecnologia na previsão de desastres.

Promoção de líderes comunitários: Valorizar e reconhecer os líderes tradicionais e comunitários como figuras centrais na gestão de riscos e de desastres locais, fornecendo-lhes apoio técnico e logístico para que possam atuar como facilitadores como orientações para o PN-PDC 2025-2035 em suas regiões.

7.2.2 – EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Nesta categoria, a ênfase está no desenvolvimento de programas educacionais e na realização de *workshops* de capacitação de indivíduos e comunidades para atuarem de forma proativa na gestão de riscos e de desastres. Esses programas serão complementados por políticas multissetoriais, capazes de promover a inclusão dos diversos grupos. Com isso, é possível reconhecer e garantir aos grupos em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e ambiental o protagonismo na gestão local e comunitária dos riscos e desastres, tendo o PN-PDC 2025-2035 como instrumento norteador. Os **mecanismos**

desta categoria são: I - Programas de Educação e Capacitação Comunitária; II - Diálogos Interdisciplinares e *Workshops*; III - Políticas Multissetoriais e Inclusivas de Engajamento.

I – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO COMUNITÁRIA	
OBJETIVO	Promover, por meio da educação formal e informal e capacitação, o engajamento dos diversos setores do Sinpdec, com destaque às comunidades e suas representações, nas estratégias e metas do PN-PDC 2025-2035.
IMPLEMENTAÇÃO	
Curso de Implementação do PN-PDC 2025-2035: Desenvolver e oferecer um curso com foco nas nove diretrizes do PN-PDC 2025-2035, seus objetivos e metas, possibilitando aos segmentos do Sinpdec e, sobretudo às comunidades e às escolas, educadores e estudantes, o entendimento amplo do PN-PDC 2025-2035 para monitorar suas estratégias no âmbito cotidiano da gestão de riscos e de desastres.	
Desenvolvimento de materiais educativos: Criar o curso baseado nas nove diretrizes do PN-PDC 2025-2035, conforme ementa apresentada no Apêndice 1, com material didático abrangente que inclua vídeos, textos interativos e ferramentas digitais de aprendizagem. Esses materiais devem ser desenvolvidos para facilitar o entendimento dos principais objetivos e metas.	
Disponibilidade e atualização contínua: Garantir que o curso esteja disponível de forma contínua, em formato presencial e online, sendo atualizados periodicamente para refletir novos desafios, legislações e avanços na gestão de riscos de desastres.	
Certificação: Oferecer certificados para os participantes do curso, valorizando a formação contínua em proteção e defesa civil e incentivando o protagonismo das comunidades na implementação do PN-PDC 2025-2035.	
Simulações de implementação: Estimular estados e municípios a realizarem simulações que envolvam a comunidade na prática dos procedimentos pertinentes às cinco frentes de atuação da defesa civil, prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação, com atividades nas escolas locais.	

Organização de cenários de desastres: Incentivar a criação e o planejamento de simulações práticas que reproduzam cenários reais de desastres, como inundações, deslizamentos ou incêndios florestais, focando nas cinco frentes de atuação da proteção e defesa civil: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Essas simulações devem refletir a realidade local e os riscos específicos de cada comunidade.

Participação das escolas e comunidade: Incentivar o envolvimento ativo das escolas, educadores, estudantes e lideranças comunitárias nas simulações, garantindo que a comunidade tenha um papel central na aplicação prática dos procedimentos e protocolos de prevenção e resposta a desastres.

Treinamento para ações de emergência: Estimular o treinamento específico para a população em geral e para equipes de resposta, capacitando-os para agir com rapidez e eficiência durante e após a ocorrência de um desastre, minimizando os impactos e otimizando os recursos disponíveis.

Avaliação e ajustes dos protocolos: Sugerir que após cada simulação seja conduzida uma avaliação detalhada dos procedimentos seguidos e dos resultados obtidos, permitindo ajustes e melhorias nos protocolos locais de resposta a desastres, com base na experiência prática.

Integração de novos aprendizados: Sugerir que os resultados e feedback das simulações nos planos e ações de proteção e defesa civil da comunidade, assegurando que os participantes estejam preparados para situações reais e que os conhecimentos adquiridos se transformem em ações efetivas em futuras ocorrências.

Devolutiva para melhoria contínua: Incentivar a criação de canais para que os participantes dos programas forneçam devolutiva sobre a aplicabilidade das orientações do PN-PDC em cenários cotidianos, incluindo audiências e consultas públicas, Conferências Nacionais de Proteção e Defesa Civil e Fóruns de Proteção e Defesa Civil.

Criação de canais de comunicação abertos: Desenvolver canais específicos, como plataformas online, aplicativos móveis ou espaços físicos nas comunidades, onde os participantes possam fornecer devolutiva contínua sobre a implementação e aplicabilidade das orientações do PN-PDC 2025-2035. Esses canais devem ser acessíveis e facilitar a participação ativa de todos os grupos sociais.

Coleta de feedback comunitário: Estabelecer mecanismos para que educadores, estudantes, líderes comunitários e cidadãos em geral possam compartilhar experiências, dificuldades e sugestões sobre a implementação das ações previstas no PN-PDC 2025-2035, com foco na melhoria contínua e na adaptação das estratégias às realidades locais.

Análise e integração do feedback: Criar equipes responsáveis pela análise das devolutivas recebidas, garantindo que as sugestões e críticas sejam devidamente consideradas e incorporadas nas revisões periódicas do PN-PDC, de modo a ajustar as orientações e procedimentos conforme a realidade vivida nas comunidades.

Transparência nos resultados: Divulgar de forma clara e acessível os resultados das devolutivas recebidas, mostrando como essas contribuições foram usadas para melhorar e adaptar as ações e metas do PN-PDC, fortalecendo a confiança entre a população e as defesas civis.

Aprimoramento contínuo dos canais: Atualizar e aprimorar constantemente os canais de devolutiva, assegurando que permaneçam relevantes, de fácil acesso e ajustados às necessidades da comunidade, incentivando a participação constante e o engajamento no processo de gestão de riscos e de desastres.

II – DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E WORKSHOPS

OBJETIVO	Proporcionar e estimular a troca de conhecimento e experiências entre diferentes setores e disciplinas, fortalecendo a base de conhecimento e colaboração para a implementação do PN-PDC 2025-2035.
-----------------	---

IMPLEMENTAÇÃO

Seminários e conferências: Incentivar e cancelar a organização de eventos regulares, assim como o Bate-Papo com a Defesa Civil, que reúnam especialistas, autoridades, e comunidade para discutir e refinar a aplicabilidade das estratégias do PN-PDC 2025-2035, especialmente em datas correlatas, como a Semana Nacional de Prevenção de Desastres.

Organização de eventos periódicos: Estimular a realização de seminários anuais ou semestrais, reunindo especialistas em gestão de riscos, autoridades públicas e membros da comunidade para discutir a implementação do PN-PDC 2025-2035.

Temas focais: Selecionar temas específicos como prevenção de desastres, recuperação pós-desastre e resiliência comunitária, a serem discutidos em datas relevantes, como a Semana Nacional de Prevenção de Desastres e nas edições do Bate-Papo com a Defesa Civil.

Discussão de boas práticas: Proporcionar um espaço para o compartilhamento de estudos de caso e boas práticas já implementadas em outras regiões ou países, facilitando a troca de conhecimento entre participantes.

Workshops de capacitação: Estimular a realização de *workshops* práticos para compartilhar técnicas de gestão de riscos e adoção de medidas de prevenção e resposta, conforme orientado no PN-PDC 2025-2035.

Capacitação prática: Incentivar a realização de *workshops* que ofereçam treinamentos práticos em técnicas de gestão de riscos e de desastres, com ênfase na prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação alinhadas com as diretrizes do PN-PDC 2025-2035.

Colaboração local: Estimular o envolvimento das defesas civis locais, escolas e lideranças comunitárias nos *workshops* para assegurar que o conhecimento seja aplicado diretamente nas comunidades.

Materiais didáticos: Promover e incentivar o desenvolvimento de materiais didáticos complementares aos *workshops*, como manuais, guias passo a passo e vídeos tutoriais, disponíveis para consulta e uso posterior.

Redes de colaboração: Fortalecer e incentivar redes formais e informais de colaboração que permitam o intercâmbio contínuo de informações e melhores práticas de aplicação do PN-PDC 2025-2035.

Estabelecimento de redes formais: Criar plataformas online e fóruns presenciais que conectem especialistas, gestores públicos e lideranças comunitárias, fomentando a troca contínua de informações sobre a implementação do PN-PDC 2025-2035.

Compartilhamento de informações: Facilitar o intercâmbio de experiências e dados, promovendo a integração entre diferentes setores e disciplinas, a fim de melhorar a gestão de riscos em diferentes regiões.

Melhores práticas: Incentivar a troca de boas práticas por meio dessas redes, permitindo que os participantes adaptem soluções eficazes às suas realidades locais, potencializando o impacto das ações de mitigação e prevenção.

III – POLÍTICAS MULTISSETORIAIS E INCLUSIVAS DE ENGAJAMENTO	
OBJETIVO	Assegurar que todas as políticas e programas relacionados à gestão de riscos e de desastres sejam desenvolvidos e implementados de forma a considerar e atender às necessidades das populações em situação de maior vulnerabilidade, com atenção aos marcadores sociais de diferença, como deficiência, idade, sexo, gênero, raça e etnia, renda, escolaridade, incluindo populações refugiadas, migrantes e apátridas no Brasil.
IMPLEMENTAÇÃO	
Conexão entre políticas específicas: Conectar políticas multissetoriais que atendam às necessidades específicas de grupos em situação de vulnerabilidade, garantindo que eles não apenas sejam protegidos, mas ativamente envolvidos no processo de gestão de riscos e de desastres. Isso inclui tornar os cursos do PN-PDC 2025-2035 acessíveis a pessoas com deficiência.	
Integração de políticas públicas: Promover a articulação entre políticas públicas de diferentes setores, como saúde, educação, assistência social, moradia e proteção e defesa civil, para garantir que as necessidades das populações vulnerabilizadas sejam atendidas de forma integral durante a implementação do PN-PDC 2025-2035.	
Foco em grupos vulneráveis: Priorizar a inclusão de políticas que considerem as especificidades de grupos sociais como pessoas com deficiência, idosos, mulheres, crianças, e minorias étnicas, reforçando a proteção contra desastres.	
Garantia de direitos: Estabelecer mecanismos para que esses grupos tenham seus direitos garantidos no contexto da prevenção, resposta e recuperação de desastres.	
Comitês de representação: Incentivar e fortalecer comitês, fóruns ou conselhos com representantes de grupos em situação de vulnerabilidade para participar no desenvolvimento, revisão e implementação do PN-PDC 2025-2035.	
Formação de comitês: Incentivar a criação de comitês locais, regionais e nacionais compostos por representantes das populações vulnerabilizadas para garantir a sua participação direta nas discussões e decisões referentes à implementação do PN-PDC 2025-2035.	
Representatividade diversa: Orientar para que contemplem a diversidade de gênero, idade, raça e etnia e condição social, refletindo as necessidades e demandas de todos os grupos populacionais.	
Participação ativa: Estimular os comitês a participarem ativamente em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a avaliação de ações de gestão de riscos e de desastres.	

Treinamento e capacitação: Incentivar e fortalecer programas de treinamento com comunicação e linguagem acessível para garantir a participação efetiva desses grupos nos processos de decisão e ação no âmbito do PN-PDC 2025-2035.

Capacitação acessível: Estimular programas de treinamento específicos para grupos vulnerabilizados, utilizando linguagem acessível e comunicação adaptada, como materiais em braile, libras e outras formas inclusivas de comunicação.

Inclusão em processos decisórios: Estimular a capacitação para que esses grupos não apenas compreendam as medidas de gestão de riscos e de desastres, mas também possam contribuir com suas perspectivas e tomar decisões que afetam suas comunidades.

Ferramentas de comunicação: Orientar o uso de ferramentas de comunicação e informação que possibilitem o diálogo contínuo entre os grupos vulnerabilizados e os responsáveis pela implementação do PN-PDC 2025-2035, assegurando a troca de informações durante todo o processo.

7.2.3 – COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os mecanismos desta categoria visam garantir que a população e todos os segmentos do Sinpdec estejam bem informados sobre os riscos e desastres, com ênfase na construção de protocolos de comunicação para atuação antes, durante e depois da materialização de um desastre. As parcerias com meios de comunicação, as entidades de classe da área, as assessorias de comunicação das defesas civis e dos órgãos governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada, assim como o uso estratégico das mídias sociais, são cruciais para garantir que essas ações de comunicação e informação sejam norteadas pelos princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores do PN-PDC 2025-2035.

Campanhas de conscientização, no escopo do PN-PDC 2025-2035, devem desempenhar um papel central para educar, nortear e preparar a população, utilizando uma variedade de canais capazes de alcançar a diversidade da sociedade brasileira e das populações refugiadas, migrantes e apátridas em território nacional. Os **mecanismos desta categoria são:** Parcerias com Meios de Comunicação; Uso Estratégico das Mídias Sociais; Campanhas de Conscientização.

I – PARCERIAS COM MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
Objetivo	Fortalecer a colaboração entre as defesas civis e os meios de comunicação para garantir a disseminação eficaz de informações relacionadas ao PN-PDC 2025-2035, aumentando a conscientização e a preparação da população.
IMPLEMENTAÇÃO	
Acordos de Parceria: Buscar parcerias com veículos de imprensa, especialmente emissoras públicas de TV e Rádio, no nível federal, representado pela Rede Brasileira de Comunicação (EBC), e estaduais, visando a ampla divulgação do PN-PDC 2025-2035.	
Estabelecimento de convênios: Buscar acordos formais com emissoras de TV e rádio públicas, como a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), e veículos estaduais, garantindo que os conteúdos sobre o PN-PDC 2025-2035 sejam amplamente divulgados.	
Parcerias locais e regionais: Expandir as parcerias para incluir meios de comunicação locais e regionais, visando uma disseminação mais direcionada e adaptada às especificidades de cada região, especialmente aquelas mais expostas a riscos de desastres.	
Monitoramento de alcance: Criar mecanismos de monitoramento do alcance dessas campanhas de comunicação, garantindo que as informações sejam recebidas pelas comunidades alvo.	
Capacitação de Jornalistas e outros profissionais do Sinpdec: Promover <i>workshops</i> de capacitação de jornalistas para a cobertura de gestão de riscos e de desastres, assegurando que a informação transmitida ao público seja precisa e construtiva. Capacitação para jornalistas e representantes do Sinpdec com ênfase na comunicação de riscos.	
Workshops práticos: Oferecer capacitações focadas na cobertura jornalística de riscos de desastres, com palestras de técnicos da área de proteção e defesa civil, de Nupdecs e especialistas na área, visando garantir que os jornalistas e representantes do Sinpdec compreendam a complexidade da comunicação nos cinco eixos de atuação: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.	
Material didático: Desenvolver e distribuir material didático específico para os jornalistas, incluindo manuais de melhores práticas na cobertura de GRD, roteiros de perguntas frequentes e guias sobre como relatar emergências sem causar pânico.	
Certificação profissional: Oferecer certificação para os jornalistas e representantes do Sinpdec que concluírem os <i>workshops</i> , reforçando a importância da especialização na cobertura de riscos de desastres e incentivando a adesão ao programa.	

Conteúdo Especializado: Desenvolver conteúdos específicos que possam ser rapidamente distribuídos em situações de emergência, incluindo detalhes sobre como a população deve agir conforme as diretrizes do PN-PDC 2025-2035.

Criação de protocolos de emergência: Desenvolver conteúdos detalhados com orientações claras sobre como a população deve reagir em diferentes cenários de riscos e desastres, conforme as diretrizes do PN-PDC 2025-2035, garantindo que as mensagens sejam diretas e acessíveis.

Distribuição multicanal: Assegurar que esses conteúdos sejam distribuídos por diversos canais, incluindo aplicativos de mensagens instantâneas, sites governamentais, redes sociais e plataformas de streaming, adaptando o conteúdo para cada tipo de mídia.

Atualização contínua: Revisar e atualizar periodicamente os conteúdos especializados, conforme mudanças nos protocolos de proteção e defesa civil ou conforme novas informações sobre riscos e desastres.

Prêmio Jornalismo na Cobertura de Gestão de Riscos e de Desastres: Criar em parceria com entidades de classe de jornalismo um prêmio que reconheça as melhores reportagens sobre gestão de riscos e de desastres, com ênfase na adoção do PN-PDC 2025-2035.

Lançamento do prêmio: Criar um prêmio anual em parceria com entidades de jornalismo, como a Fenaj e associações regionais, incentivando a participação de jornalistas que produziram matérias sobre o PN-PDC 2025-2035 e a gestão de riscos e de desastres no Brasil.

Categorias e critérios: Estabelecer categorias específicas no prêmio, como melhor reportagem em mídia impressa, melhor cobertura em Rádio/TV e melhor utilização de novas mídias digitais. Os critérios de avaliação incluirão precisão das informações, impacto social e abordagem educativa.

Promoção e divulgação do prêmio: Promover o prêmio por meio de campanhas nas redes sociais e nos veículos parceiros, garantindo ampla visibilidade e estimulando a concorrência saudável entre profissionais do setor.

II – USO ESTRATÉGICO DAS MÍDIAS SOCIAIS	
OBJETIVO	Utilizar as mídias sociais para engajar ativamente os atores estratégicos do Sinpdec e a população com o PN-PDC 2025-2035, promovendo uma cultura de prevenção e resposta rápida a desastres.
IMPLEMENTAÇÃO	
Campanhas de Engajamento: Promover, incentivar e manter campanhas nas redes sociais que informem sobre o PN-PDC 2025-2035, incentivem a prevenção e eduquem sobre a resposta a desastres.	
Desenvolvimento de conteúdo de alto engajamento: Criar postagens visuais e vídeos curtos que expliquem de maneira clara e acessível as diretrizes, objetivos e metas do PN-PDC 2025-2035. O conteúdo deve incentivar a população a participar ativamente nas ações preventivas e de resposta.	
Postagens frequentes: Manter um fluxo constante de postagens para garantir que o engajamento nas mídias sociais seja contínuo. Utilizar <i>hashtags</i> específicas para ampliar o alcance das campanhas e monitorar a interação da comunidade.	
Parcerias com influenciadores digitais: Estabelecer colaborações com influenciadores de mídias sociais que possam ajudar a divulgar o PN-PDC 2025-2035 e engajar seus seguidores, amplificando a mensagem.	
Plataformas de Alerta: Promover e estimular a integração de sistemas de alerta nas plataformas de mídia social para notificar imediatamente a população sobre emergências.	
Integração com redes de emergência: Associar as plataformas de mídia social a sistemas de alerta regionais ou nacionais para que as notificações sobre emergências sejam imediatamente disseminadas.	
Uso de notificações push: Implementar o uso de notificações push em plataformas como Instagram e Facebook para alertar sobre emergências em tempo real, garantindo que as informações alcancem a população de maneira eficaz.	
Parceria com aplicativos de alerta: Integrar plataformas de mídias sociais com aplicativos de alerta já existentes para ampliar o alcance das informações sobre emergências.	

Grupos de Suporte: Estabelecer e estimular a criação de grupos em plataformas como WhatsApp para coordenar ações comunitárias em resposta a desastres, alinhados com o PN-PDC 2025-2035.
Criação de grupos de WhatsApp: Estabelecer grupos específicos para diferentes comunidades e regiões, coordenando diretamente as respostas a emergências e a comunicação com os Nupdecs.
Capacitação para moderadores de grupos: Oferecer treinamento para os moderadores dos grupos de suporte, garantindo que saibam como disseminar as informações corretas e coordenar ações de resposta eficazes.
Monitoramento contínuo: Manter os grupos ativos durante todo o ano, utilizando-os para campanhas educativas em tempos de normalidade e para alertas rápidos em tempos de emergência.
Treinamento para uso das Mídias Sociais: Oferecer treinamento para a divulgação dos princípios, objetivos, metas e indicadores do PN-PDC 2025-2035, explorando as diversas linguagens.
Workshops e webinários: Realizar <i>workshops</i> para capacitar gestores de mídias sociais de defesas civis e organizações comunitárias sobre as melhores práticas de comunicação em plataformas digitais.
Exploração de diferentes formatos: Capacitar os responsáveis pela comunicação no uso de diversos formatos, como vídeos ao vivo, <i>stories</i> e podcasts, para alcançar diferentes públicos de forma eficaz.
Monitoramento e avaliação: Implementar ferramentas de monitoramento para acompanhar a eficácia das campanhas, medindo o engajamento do público e ajustando as estratégias conforme necessário.

III – CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO	
OBJETIVO	Realizar campanhas de grande abrangência voltadas à conscientização e que informem o público sobre riscos de desastres e como o PN-PDC 2025-2035 aborda esses riscos, incentivando a participação comunitária no fortalecimento das políticas e estratégias de gestão de riscos e de desastres no Brasil.
IMPLEMENTAÇÃO	
Desenvolvimento de Material de Campanha: Criar materiais de campanha que sejam informativos, atraentes e facilmente compreensíveis para diferentes segmentos da população.	

Criação de conteúdos acessíveis: Desenvolver materiais de fácil entendimento, como panfletos, vídeos, infográficos e guias em linguagem simples e com acessibilidade, garantindo que o conteúdo seja alcançado por diferentes públicos.

Diversificação dos formatos: Utilizar uma variedade de formatos, como vídeos educativos, podcasts, posts em redes sociais e materiais impressos, para abranger os mais diversos tipos de mídia e preferências de consumo de informações.

Segmentação do público: Desenvolver campanhas adaptadas a diferentes faixas etárias e grupos sociais, incluindo crianças, idosos, pessoas com baixa escolaridade e populações em situação de vulnerabilidade.

Utilização de Múltiplos Canais: Lançar as campanhas em diversos meios, incluindo televisão, rádio, internet, redes sociais e eventos ao vivo, para garantir que alcancem um público amplo.

Parcerias com veículos de comunicação: Firmar parcerias com emissoras de Rádio e TV, tanto públicas quanto privadas, para a veiculação das campanhas em horários de maior audiência.

Uso de mídias sociais: Utilizar plataformas de mídias sociais como Instagram, Facebook e TikTok para disseminar os conteúdos de forma interativa e em tempo real, alcançando um público diversificado e jovem.

Engajamento em eventos comunitários: Levar as campanhas para eventos locais e regionais, como feiras, palestras e semanas temáticas, como a Semana Nacional de Prevenção de Desastres, para engajar as comunidades diretamente.

Monitoramento da Eficácia: Avaliar a eficácia das campanhas por meio de pesquisas e análises de engajamento para ajustar as estratégias e melhorar o alcance e impacto.

Coleta de feedbacks: Realizar pesquisas e enquetes, tanto online quanto presenciais, para medir o impacto e a compreensão dos materiais de campanha pela população, ajustando a linguagem e a abordagem conforme necessário.

Análise de dados de engajamento: Utilizar ferramentas de análise de engajamento em redes sociais e monitoramento de mídia para acompanhar o alcance das campanhas e ajustar estratégias de acordo com os resultados.

Relatórios de Impacto: Produzir relatórios periódicos sobre a eficácia das campanhas, destacando áreas de sucesso e oportunidades de melhoria para campanhas futuras, garantindo que a comunicação seja cada vez mais eficaz.

7.2.4 – INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA

Esta categoria explora a colaboração com a academia para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de soluções, possibilidades sociais e novas tecnologias que possam melhorar significativamente a gestão de riscos e de desastres. A integração de novas tecnologias e dados, incluindo o desenvolvimento de aplicativos, plataformas interativas, por exemplo, facilita a análise de riscos e a coordenação das respostas, trazendo soluções e encaminhamentos para viabilizar e potencializar a implementação do PN-PDC 2025-2035. **Os mecanismos desta categoria são:** Colaboração com a Academia; e Integração de Novas Tecnologias e Dados.

I – COLABORAÇÃO COM A ACADEMIA	
Objetivo	Integrar o conhecimento acadêmico e científico com o PN-PDC 2025-2035, utilizando pesquisa e desenvolvimento para fundamentar e aprimorar as estratégias de gestão de riscos e de desastres.
IMPLEMENTAÇÃO	
Parcerias de Pesquisa: Formalizar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolver estudos específicos que apoiem o PN-PDC 2025-2035.	
Estabelecimento de grupos de trabalho: Criar grupos de pesquisa que reúnam especialistas de diferentes disciplinas (geografia, engenharia, sociologia, entre outros) para estudar vulnerabilidades locais e propor soluções adaptadas à realidade de cada região.	
Desenvolvimento de projetos colaborativos: Incentivar projetos de pesquisa conjuntos entre universidades e instituições de defesa civil para abordar temas como mudança climática, riscos de desastres associados a ameaças naturais e tecnológicas, e medidas de resiliência.	
Financiamento e apoio institucional: Garantir recursos financeiros e infraestrutura para que as universidades possam desenvolver estudos alinhados com as demandas do PN-PDC 2025-2035, com a criação de editais e bolsas específicas para pesquisas aplicadas em gestão de riscos.	

Disseminação do Conhecimento: Apoiar a publicação e disseminação de pesquisas que ofereçam novas perspectivas e soluções para a gestão de riscos e desastres ao longo da adoção do PN-PDC 2025-2035.

Publicação de resultados: Incentivar a produção de artigos científicos, relatórios técnicos e materiais de divulgação que traduzam os achados das pesquisas em soluções práticas para a gestão de riscos e desastres.

Acesso público ao conhecimento: Garantir que os resultados das pesquisas sejam disponibilizados em plataformas acessíveis ao público geral, como repositórios digitais de acesso aberto, conferências públicas, e eventos comunitários.

Troca de conhecimentos com profissionais de campo: Realizar eventos nos quais os resultados das pesquisas acadêmicas possam ser apresentados e discutidos com gestores públicos, membros de defesa civil e profissionais atuantes na resposta a desastres, facilitando a implementação de soluções baseadas em evidências.

Programas Acadêmicos: Incentivar e apoiar a inserção da temática da gestão de riscos e de desastres em programas de graduação e pós-graduação, tendo o PN-PDC 2025-2035 como instrumento norteador, proporcionando uma base de conhecimento sólida para futuros profissionais.

Fortalecimento de cursos especializados: Incentivar programas de graduação e pós-graduação voltados para a gestão de riscos de desastres, com módulos específicos baseados nas diretrizes do PN-PDC 2025-2035.

Integração do ensino com a prática: Promover estágios e projetos de extensão que permitam aos estudantes aplicar, em campo, os conhecimentos teóricos aprendidos nos cursos, participando diretamente de ações preventivas e de resposta a desastres.

Capacitação contínua de profissionais: Oferecer treinamentos e *workshops* permanentes para professores, estudantes e profissionais da área de gestão de riscos, garantindo que as melhores práticas sejam atualizadas e aplicadas de maneira eficaz.

II – INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E DADOS	
OBJETIVO	Utilizar tecnologias avançadas e análise de dados para aprimorar a execução e o monitoramento do PN-PDC 2025-2035 e o engajamento social.
IMPLEMENTAÇÃO	
Desenvolvimento de Aplicativos: Incentivar o desenvolvimento de aplicativos que integrem dados em tempo real sobre as diretrizes do PN-PDC 2025-2035, acessível aos atores estratégicos do Sinpdec e ao público em geral.	
Aplicativos de monitoramento: Estimular a criação de aplicativos que forneçam atualizações em tempo real sobre ações do PN-PDC 2025-2035, acessíveis aos atores estratégicos do Sinpdec.	
Interface amigável para o público: Desenvolver uma interface acessível que permita que qualquer cidadão compreenda as informações sobre o PN-PDC 2025-2035.	
Ferramentas para as defesas civis: Fornecer funcionalidades específicas para que as equipes de defesa civil possam gerenciar dados, coordenar respostas e otimizar suas ações de acordo com as diretrizes do PN-PDC 2025-2035	
Banco de Boas Práticas: Estimular a criação e utilização de banco de boas práticas e iniciativas voltadas ao PN-PDC 2025-2035.	
Coleta e análise de práticas locais: Reunir boas práticas adotadas em diferentes regiões do país, destacando as soluções bem-sucedidas na gestão de riscos e de desastres locais, e integrá-las em uma plataforma de acesso aberto.	
Troca de experiências: Facilitar a troca de informações entre municípios, estados e organizações, permitindo que as soluções de uma região sejam adaptadas e aplicadas em outras áreas com necessidades similares.	
Atualização contínua: Manter o banco de dados atualizado com novos exemplos de implementação bem-sucedida, garantindo que o PN-PDC 2025-2035 esteja sempre alinhado com as práticas mais recentes e eficazes.	
Simulações Impulsionadas por Inteligência Artificial: Adotar tecnologias de inteligência artificial, com assistente virtual para responder e esclarecer dúvidas relacionadas ao PN-PDC 2025-2035.	
Assistente virtual especializado: Desenvolver um assistente virtual que, utilizando inteligência artificial, possa responder perguntas frequentes sobre o PN-PDC 2025-2035, orientar as comunidades e apoiar as defesas civis em tempo real.	
Simulações preditivas: Utilizar a IA para criar cenários de simulação baseados em padrões climáticos, geográficos e sociais, antecipando possíveis desastres e propondo soluções preventivas.	
Aprimoramento de resposta: Testar, por meio de simulações virtuais, a eficácia das ações de resposta a desastres, identificando áreas de melhoria e ajustando os planos de ação conforme necessário.	

7.3 – DIFUSÃO ALÉM DA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO

As proposições detalhadas neste capítulo, com exceção das apresentadas na seção anterior, focadas no lançamento do PN-PDC 2025-2035, foram pensadas para acompanhar todas as fases e revisões desse instrumento, portanto, para ir muito além da simples divulgação de informações. Desde o início, foi evidenciado que para o PN-PDC 2025-2035 ter impacto real e ser eficaz, ele precisaria estar amparado em três pilares centrais: **cooperação, capacitação e comunicação**. Esses pilares foram integrados às estratégias de implementação para garantir que o conhecimento sobre o PN-PDC 2025-2035 fosse traduzido em ação concreta e engajamento ativo da sociedade.

A **cooperação** foi estabelecida como um dos principais eixos, reconhecendo que a gestão de riscos e de desastres não é responsabilidade de um único setor ou entidade, ainda que, na maioria dos casos, a defesa civil seja protagonista de muitas ações de GRD, ela exige a participação e o comprometimento de múltiplos atores — desde os órgãos de proteção e defesa civil e governos até as comunidades locais, o setor privado e a sociedade civil organizada. As contribuições dos atores estratégicos durante a formulação do PN-PDC 2025-2035 indicaram a necessidade de criar uma rede de apoio, onde todos os envolvidos pudessem compartilhar responsabilidades e conhecimento, visando uma resposta coordenada e eficaz aos desastres.

A **capacitação**, por sua vez, foi reconhecida como essencial para que cada setor e ator social desempenhe suas funções com o nível adequado de conhecimento e habilidade. Ao longo do processo participativo, as contribuições dos atores estratégicos destacaram que, para que o PN-PDC 2025-2035 tenha sucesso, todos os envolvidos — especialmente as comunidades locais — precisam ser adequadamente treinados. Isso inclui desde a realização de cursos e treinamentos até *workshops* práticos e programas educacionais que alcancem as populações em situação de maior vulnerabilidade. A capacitação é, por-

tanto, um recurso fundamental para preparar as pessoas para agir de forma proativa e segura em face de riscos e desastres.

A **comunicação**, entendida como o fio condutor que une a cooperação e a capacitação, foi estruturada para ser clara, acessível e eficaz. Ela não se limita à mera disseminação de informações sobre o Plano, mas busca engajar a população em um diálogo contínuo, onde há espaço para a troca de ideias, o fornecimento de devolutivas e a melhoria contínua das estratégias de gestão de riscos. Os mecanismos de comunicação foram desenhados para alcançar os diversos segmentos da população, utilizando tanto mídias tradicionais quanto digitais, garantindo que a mensagem do PN-PDC 2025-2035 chegue a todos, incluindo os grupos mais isolados e vulnerabilizados.

Com base nas contribuições dos atores estratégicos, o PN-PDC 2025-2035 foi estruturado nas quatro categorias centrais abordadas neste capítulo: **Governança e Engajamento Social; Educação e Capacitação; Comunicação e Informação; e Inovação Tecnológica e Científica**. Cada uma dessas categorias possui seus próprios mecanismos específicos que, em conjunto, formam a estratégia de difusão do PN-PDC 2025-2035.

Esses mecanismos garantem que a difusão do PN-PDC 2025-2035 seja mais do que uma campanha informativa, tornando-se um processo ativo e inclusivo que promove a cooperação, o desenvolvimento de habilidades e a comunicação eficaz para uma gestão de riscos mais segura e participativa no Brasil.

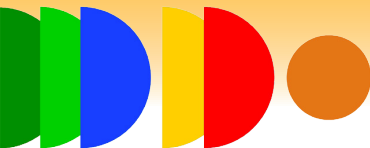
A ampla difusão do PN-PDC 2025-2035, ao contrário de uma simples divulgação de informações, foi desenhada com base nos preceitos da Comunicação de Riscos de Desastres (CRD), considerando a complexidade dos interlocutores e os diferentes momentos em que ocorrem os diálogos sobre riscos. Nessa perspectiva, foram adotados os quatro modelos distintos de CRD (Victor, 2015): CRD Intrainstitucional, CRD Interinstitucional, CRD Midiático e CRD Comunitário. Cada um desses modelos foi essen-

cial para assegurar que a comunicação perpassasse as ações e iniciativas de cooperação, capacitação e difusão, garantindo transparência, pluralidade e fazendo valer o caráter inclusivo e participativo que acompanhou todo o processo de elaboração do PN-PDC 2025-2035.

O modelo CRD Intrainstitucional, concentrado nas comunicações internas entre as defesas civis nacional, estaduais, distrital e municipais, garante o caráter oficial e a coordenação na troca de informações para nortear a implementação eficiente das ações do PN-PDC 2025-2035. Já o modelo CRD Interinstitucional conecta diferentes instituições e setores da sociedade, ou mais especificamente, do Sinpdec, como as organizações da sociedade civil, universidades e entidades privadas, promovendo uma cooperação mais ampla, multisetorial, multifacetada e multidisciplinar. O CRD Midiático, por sua vez, utiliza os meios de comunicação tradicionais e as mídias sociais para alcançar o público de forma massiva, transmitindo mensagens claras e acessíveis sobre os princípios, diretrizes, objetivos e metas do PN-PDC 2025-2035. Quanto ao CRD Comunitário, o foco está na comunicação direta com as comunidades, promovendo a participação ativa de líderes comunitários, dos movimentos sociais, dos Nupdec e cidadãos na elaboração e adaptação das ações do PN-PDC 2025-2035.

Esses quatro modelos de CRD permitem que a difusão do PN-PDC 2025-2035 seja contextualizada, eficaz, abrangente e acompanhe as fases de implementação e revisão desse instrumento da PNPDEC. Eles asseguram que cada grupo – seja ele intrainstitucional, institucional, midiático ou comunitário – receba as informações de maneira adequada e que tenha a oportunidade de contribuir de forma ativa para a implementação do PN-PDC 2025-2035. Dessa maneira, a comunicação de riscos torna-se um processo bidirecional, onde é possível ir além da disseminação de informação e, assim, resgatar os resultados efetivos das trocas comunicacionais e culturais traduzidas como um processo social, frequente e contínuo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nestas considerações finais, faz-se necessário refletir sobre o compromisso sólido com a criação de uma estrutura nacional para a gestão de riscos e de desastres, construída a partir de uma ampla colaboração entre instituições governamentais, sociedade civil, academia e o setor privado. Ao longo do processo de desenvolvimento do PN-PDC 2025-2035, ficou evidente a necessidade de adotar uma abordagem integrada que reconheça as múltiplas facetas da gestão de riscos de desastres (GRD), e que leve em consideração as especificidades de cada território, as vulnerabilidades sociais e econômicas e as ameaças crescentes, sobretudo no contexto da emergência climática.

Nesse sentido, o compromisso do PN-PDC 2025-2035 não se resume a um conjunto de diretrizes técnicas, mas se apresenta como um instrumento que busca transformar a cultura da gestão de riscos no Brasil. A escolha de priorizar a participação social, o fortalecimento da governança local e a criação de canais de comunicação eficazes com as comunidades são elementos fundamentais para garantir que a sociedade não só compreenda os riscos, mas também participe ativamente na formulação de respostas e estratégias de mitigação. Dessa forma, o PN-PDC 2025-2035 posiciona o cidadão no centro das ações, promovendo a criação de uma rede colaborativa que envolva desde as autoridades municipais até o indivíduo nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

A proposta de capacitação e difusão ampla do PN-PDC 2025-2035 é especialmente relevante, pois a formação contínua de agentes locais, voluntários e comunidades representa um pilar central para a implementação sustentável desse instrumento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). A capacitação não se limita ao treinamento técnico, mas também à promoção de uma consciência coletiva sobre a importância de uma atuação preventiva e resiliente diante dos desastres. Ao capacitar gestores públicos, agentes de defesa civil e a sociedade civil organizada, o do PN-PDC 2025-2035 fortalece os laços de cooperação entre os diferentes níveis de governo e a população, assegurando que as ações desenvolvidas sejam mais eficazes e adequadas às necessidades locais.

A ênfase na comunicação de riscos é outro ponto que se destaca nas contribuições estratégicas analisadas durante o processo de elaboração. As quatro modalidades de comunicação de riscos – CRD Intrainstitucional, CRD Interinstitucional, CRD Midiático e CRD Comunitário – reforçam a ideia de que a comunicação não pode ser meramente informativa, mas precisa ser dialógica, acessível e adaptada a diferentes públicos. O uso estratégico de plataformas digitais, campanhas de conscientização, capacitação de jornalistas e o fortalecimento das redes de colaboração são iniciativas que ampliam o alcance e a eficácia das ações comunicativas. Dessa maneira, este Produto 11 não propõe apenas disseminação de informações, mas a geração de conhecimento que contribua para a construção de uma cultura nacional de resiliência.

A inovação tecnológica e a incorporação de novas ferramentas de monitoramento e avaliação são fundamentais para garantir que o PN-PDC 2025-2035 se mantenha atualizado e eficaz diante dos novos desafios. O uso de inteligência artificial, plataformas digitais interativas e bancos de boas práticas são exemplos de como o PN-PDC 2025-2035 pode se beneficiar da ciência e tecnologia para aprimorar suas estratégias de prevenção, mitigação, preparação, resposta recupe-

ração. A integração de dados em tempo real e a utilização de aplicativos voltados para a gestão de riscos permitem que as comunidades estejam mais conectadas e bem informadas, reforçando a capacidade de resposta local.

Se o PN-PDC 2025-2035 surge como um instrumento transformador para a GRD no Brasil, sua abordagem deve ser multidisciplinar, com foco na participação social e na inclusão de novas tecnologias que garantam que ele seja mais do que um conjunto de diretrizes, mas um movimento em direção a uma nova fase e marco de proteção e defesa civil, nos quais o fortalecimento da resiliência comunitária e a redução de riscos de desastres caminham lado a lado.

As metas traçadas para os próximos 10 anos refletem a ambição de construir uma sociedade mais segura, consciente e preparada para enfrentar os desafios impostos pelos desastres, sempre com um olhar atento à justiça social e à sustentabilidade.

9. REFERÊNCIAS



AVRITZER, L. Democracy and the Public Space in Latin America. Princeton University Press, 2002.

BETZ, M. Peace Journalism: Issues, Requirements and Applications. In Conflict and Communication Online, 3(1), 2004.

CASTELLS, M. Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age. Polity Press, 2012.

COVELLO, V. T. Risk Communication: An Emerging Area of Health Communication Research. In Annals of the International Communication Association, 15(1), 359-373, 1992.

FIGUEIREDO, L., & ZOLNIKOV, T. Community Participation and Disaster Risk Management. Springer, 2016.

FISCHHOFF, B. Risk Perception and Communication Unplugged: Twenty Years of Process. Risk Analysis, 15(2), 137-145, 1995.

GIRD+10: Caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres/ coordenação Samia Sulaiman, Brasília, DF: Ministério Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Edições Loyola, 2011.

HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action. Beacon Press, 1984.

HIEBER, L. Media as Intervention: Risk Communication and Public Participation, *Disaster Prevention and Management*, 7(3), 166-175, 1998.

HOWLEY, K. Media Interventions. Peter Lang Publishing, 2013.

JACOBI, P. R. Participação social e conselhos gestores: representações sociais e desafios para a democratização da gestão pública. Cortez Editora, 2000.

VICTOR, Cilene. Diálogo nos cenários de riscos de desastres. In: KÜNSCH, Dimas et al. (org.). Comunicação, diálogo e compreensão. São Paulo: Plêiade, 2014. p. 179-192.

VICTOR, Cilene. Jornalistas e a lesão moral na pandemia: comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz. In: VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidoval Moraes. A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 293-331.

WISNER, B., BLAIKIE, P., CANNON, T., & DAVIS, I. At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters. Routledge, 2004.

YANAGIZAWA-DROTT, D. (2014). Propaganda and Conflict: Evidence from the Rwandan Genocide. *The Quarterly Journal of Economics*, 2014.

WE ARE SOCIAL & Meltwater. Digital 2024 Global Overview Report. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 15 set. 2024.

WE ARE SOCIAL & Meltwater. Digital 2024 Brazil Report. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 15 set. 2024a.



EMENTA DE CURSO

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PN-PDC 2025-2035

O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) é essencial para a coordenação e implementação de políticas de gestão de riscos e de desastres no Brasil. Com vigência de 2024 a 2034, o PN-PDC alinha-se com marcos internacionais e nacionais, entre outros, o Marco de Sendai e a Constituição Federal de 1988, promovendo ações integradas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Ele articula políticas públicas em diversas áreas como saúde, meio ambiente e infraestrutura, visando à proteção da população e ao desenvolvimento sustentável. A participação social e a revisão periódica garantem a atualização e a eficácia do plano, promovendo mecanismos de gestão de riscos e de desastres proativa e sintonizada com cenários futuros.

OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes na compreensão e aplicação dos princípios e práticas de gestão de riscos e de desastres, conforme estabelecido no Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) 2025-2035. Após o treinamento os alunos serão capazes de (i) compreender os princípios e diretrizes do PN-PDC e sua aplicação prática; (ii) desenvolver habilidades para implementar políticas e ações de proteção e

defesa civil; (iii) promover a cultura de resiliência e segurança nas comunidades; (iv) fomentar a colaboração e a integração entre diversos setores e níveis de governo.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais de defesa civil, gestores públicos, técnicos de órgãos de proteção e defesa civil, e demais interessados na área de gestão de riscos e de desastres.

3. CARGA HORÁRIA

24 horas

4. ESTRUTURA DO CURSO

Este curso está estruturado em 5 Módulos de forma a proporcionar uma visão completa do PN-PDC e fortalecer o conhecimento dos alunos na temática de gestão de riscos e de desastres.

- **Módulo 1:** Introdução à Gestão de Riscos e Desastres e Fundamentação Legal
- **Módulo 2:** Identificação de Riscos e Cenários Prospectivos
- **Módulo 3:** Princípios, Diretrizes e Objetivos do PN-PDC
- **Módulo 4:** Atuação em Proteção e Defesa Civil
- **Módulo 5:** Governança, Orientações, Ações, Programas e Projetos
- **Módulo 6:** Mecanismos de Comunicação e Informação

MATERIAL DIDÁTICO

- Apostilas e apresentações sobre o PN-PDC
- Produtos e Sumários Executivos do PN-PDC

- Acesso ao Atlas Digital de Desastres no Brasil e outras bases de dados relevantes
- Plataforma do PN-PDC (www.pndc.com)
- Planilhas e formulários

Módulo 1: Introdução à Gestão de Riscos e Desastres e Fundamentação Legal	
Apresentação dos conceitos fundamentais de risco e desastre, incluindo uma visão histórica e a evolução da gestão de riscos no Brasil. O módulo introduz os participantes ao PN-PDC 2025-2035, destacando sua importância e objetivos. São apresentadas, ainda, as leis, decretos, normas e acordos/marcos internacionais relevantes para a gestão de riscos e de desastres destacando as responsabilidades legais dos gestores e a importância da conformidade legal.	4 horas
Entradas:	Histórico de desastres no Brasil. Documentação do PN-PDC incluindo: Legislação nacional: Lei nº 14.750/2023 que altera a nº Lei 12.608. Lei nº 12.608/2012 (Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil) . Regulamentos e decretos: Decreto nº 10.593/2020 (Regulamenta a Lei nº 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios). Decreto nº 9.203/2017 (Política Nacional de Governança). Decreto que estabelece o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Marcos internacionais: Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Acordo de Paris (relativo às mudanças climáticas). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Sistematização de revisão e acompanhamento do PN-PDC.
Saídas:	• Compreender os conceitos básicos de riscos e de desastres. • Familiarizar-se com o PN-PDC 2025-2035. • Conhecer/Revisar as responsabilidades legais. • Estar em conformidade com leis e regulamentos. • Acompanhar e revisar o PN-PDC.

Módulo 2: Identificação de Riscos e Cenários Prospectivos		
Este módulo aborda a importância da identificação de riscos de desastres e a definição de cenários prospectivos de curto, médio e longo prazo. Utilizando uma metodologia uniforme para medir a distribuição espacial de ameaças ao longo do território nacional, o curso visa fornecer uma análise comparativa das diferentes ameaças, baseada em dados acessíveis e interoperáveis. As fontes de dados incluem o Atlas Digital de Desastres no Brasil, que trata as inconsistências de dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), o ICM - Indicador de Capacidade Municipal e o IRQ - Índice de Risco Qualitativo (IRQ), utilizado para avaliar a exposição e o risco de diferentes municípios brasileiros a desastres.		4 horas
Entradas:	A importância da identificação de riscos para o planejamento de ações de defesa civil. Metodologia de identificação de riscos desenvolvida no PN-PDC ICM. IRQ. Mudanças Climáticas. Compreender as premissas para a definição de cenários prospectivos. Ferramentas (mapas) e técnicas utilizadas na análise espacial de ameaças.	
Saídas:	• Familiarizar-se com a terminologia e os princípios fundamentais da gestão de riscos e de desastres. • Utilizar técnicas e ferramentas para identificar, avaliar e mapear riscos de desastres. • Entender como a identificação de riscos e a criação de cenários podem contribuir para a construção de comunidades mais resilientes e preparadas para enfrentar desastres. • Identificar riscos e construir cenários prospectivos. • Possibilitar a comparação entre diferentes ameaças de desastres e entender suas implicações para a gestão de riscos. • Adotar exemplos de aplicação em diferentes setores (público e privado).	

Módulo 3: Princípios, Diretrizes e Objetivos do PN-PDC	
O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) estabelece os princípios e diretrizes fundamentais que orientam todas as ações e políticas relacionadas à proteção e defesa civil no Brasil. Estes princípios e diretrizes são cruciais para garantir uma abordagem consistente, integrada e eficaz na gestão de riscos e de desastres. Este módulo auxilia os participantes a entenderem como as políticas públicas setoriais se alinham com os princípios, diretrizes e objetivos do plano. Os participantes serão apresentados às diretrizes e objetivos de curto, médio e longo prazos do PN-PDC. O módulo foca, ainda, no processo de construção e definição de metas e indicadores, além das metodologias de monitoramento e avaliação dos objetivos e metas estabelecidas.	
	6 horas
Entradas:	Cadeia Lógica do PN-PDC: definição de princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores. Princípios orientadores do PN-PDC. Diretrizes do PN-PDC: Conhecimento dos Riscos e dos Desastres. Gestão de Riscos. Gestão de Desastres. Fortalecimento de Órgãos de Proteção e Defesa Civil. Atuação Interfederativa e Intersetorial, Transversal e Articulada. Cultura, Capacitação e Qualificação. Gestão Financeira e Orçamentária. Participação da Sociedade Civil. Gestão da Informação e Comunicação Objetivos e Metas do PN-PDC: Curto prazo (2024-2027). Médio prazo (2028-2031). Longo prazo (2032-2035).
Saídas:	• Reconhecer a relevância dos princípios e diretrizes estabelecidos no plano para a gestão eficaz de riscos e desastres no Brasil. • Adotar os princípios, diretrizes e objetivos do PN-PDC em suas práticas profissionais, garantindo uma abordagem holística e integrada à proteção e defesa civil. • Colaborar na articulação e integração de diferentes políticas públicas, promovendo ações coordenadas e eficientes entre diversos setores e níveis de governo. • Fomentar a colaboração e a integração entre diferentes setores, sociedade e níveis de governo, promovendo uma abordagem interdisciplinar e multifacetada à proteção e defesa civil. • Possibilitar a criação de objetivos, metas e indicadores, bem como sua respectiva monitoração e avaliação, dentro do contexto de Proteção e Defesa Civil.

Módulo 4: Atuação em Proteção e Defesa Civil	
Este módulo visa capacitar os alunos nos conceitos, diretrizes e práticas relacionadas à gestão de riscos e de desastres. Com foco nos cinco eixos de atuação: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. O curso aborda a legislação vigente, a organização institucional e as melhores práticas dentro da temática de proteção e defesa civil. Os participantes aprenderão a desenvolver, implementar e avaliar estratégias e ações integradas para minimizar os impactos dos desastres.	
	4 horas
Entradas:	Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil como instrumento norteador. Histórico e evolução da defesa civil no Brasil, conceitos fundamentais e terminologias. Literatura específica sobre gestão de riscos e de desastres, incluindo marcos legais nacionais e internacionais. Entender as fontes de dados e as informações básicas para o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil Síntese da atuação, integrada e articulada, em proteção e defesa civil, nos cinco eixos de atuação Organização institucional. Medidas prioritárias para evitar a conversão de risco em desastre. Implementação de ações estruturantes em áreas vulneráveis. Desenvolvimento de capacidades para uma gestão eficiente. Coordenação de socorro e assistência à população. Restabelecimento de serviços essenciais. Medidas para restaurar a normalidade social e econômica. Reconstrução de infraestrutura e apoio financeiro pós-desastre. Programas de financiamento e suporte à comunidade afetada. Conceitos de integração e coordenação Articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ferramentas de gestão e monitoramento. Participação social e integração de políticas setoriais. Melhores práticas em gestão de riscos e de desastres.
Saídas:	- Entender o desenvolvimento histórico e a evolução das práticas de defesa civil no Brasil e no mundo. - Conhecer e utilizar corretamente os termos e conceitos fundamentais da gestão de riscos e desastres. - Conhecer os marcos teóricos: os alunos terão uma compreensão dos conceitos e legislações pertinentes à gestão de riscos e de desastres, a Lei nº 12.608/2012, a Lei nº 14.750/2023, e a IN nº 2/2016. - Assimilar a teoria com a prática: os alunos serão capazes de desenvolver e implementar planos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Além de identificar e entender as políticas públicas e os planos nacionais e internacionais correlatos à defesa civil. - Entender como é realizada articulação e coordenação de ações entre diferentes níveis de governo e com a sociedade civil. - Preparar-se para responder, de forma eficaz e integrada, a desastres, minimizando os impactos na população e no meio ambiente. - Desenvolver estratégias sustentáveis: os alunos capazes de planejar e executar estratégias de longo prazo que integrem sustentabilidade e resiliência.

Módulo 5: Governança, Orientações, Ações, Programas e Projetos	
Este módulo aborda a governança de riscos e de desastres, com foco nos processos decisórios que envolvem a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Destaca a importância de uma coordenação institucionalizada e da participação de diversos atores, incluindo estados, governos, instituições, setores e a sociedade civil, para alcançar uma gestão eficaz de riscos e desastres. O curso explora os princípios fundamentais e diretrizes do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) 2025-2035, enfatizando a importância do fortalecimento da governança, da comunicação e da alavancagem de investimentos para a construção de uma cultura de resiliência. Este módulo explora a matriz de políticas e programas do PN-PDC, incluindo o desenvolvimento e a implementação de ações e projetos específicos como ferramenta de suporte no processo de governança para a gestão de riscos e de desastres.	3 horas
Entradas:	Introdução à Governança de Riscos e de Desastres Definição e importância da governança de riscos e de desastres. Abordagens e modelos de governança. Fortalecimento da governança com vistas ao gerenciamento de riscos e de desastres. Estruturas de Governança e Coordenação Institucionalização da coordenação. Envolvimento das partes interessadas. Desenvolvimento de estratégias de comunicação. Investimentos e Recursos na Gestão de Desastres Alavancagem de investimentos. Planejamento e gestão financeira e orçamentária. Ações, Programas e Projetos em Proteção e Defesa Civil Definições e diferenças entre ações, programas e projetos. Classificação de ações, programas e projetos: estruturais e não estruturais. Exemplos de ações, programas e projetos típicos. Estratégias de implementação antes, durante e após desastres. Critérios de priorização: importância (impacto) e esforço (custo/tempo). Alinhamento das ações, programas e projetos com diretrizes, objetivos e metas.
Saídas:	• Compreender os fundamentos da governança de riscos e de desastres. • Identificar os processos e recomendações estratégicas para o fortalecimento da governança na gestão de riscos e de desastres. • Desenvolver habilidades para coordenar e implementar políticas públicas relacionadas à proteção e defesa civil. • Promover a participação social e a colaboração intersetorial e interfederativa na gestão de desastres. • Compreender as ações, programas e projetos como ferramentas para melhoria contínua da gestão de riscos e de desastres.

Módulo 6: Mecanismos de Comunicação e Informação	
Este módulo destaca a importância dos mecanismos de comunicação e participação social, visando uma abordagem inclusiva e colaborativa, na gestão de riscos e de desastres. A participação social, especialmente de grupos vulneráveis, é essencial para garantir que as políticas públicas sejam representativas e eficazes. A governança participativa também será abordada, uma vez que fortalece a capacidade de resposta das comunidades. O módulo apresenta, ainda, a importância da comunicação estratégica e o uso de tecnologias inovadoras para facilitar a disseminação de informações e a coordenação de ações.	3 horas
Entradas:	Mecanismos de Participação Social Tipos de participação: informativa, consultiva e propositiva. Formas de participação: mídias sociais, questionários, entrevistas, reuniões técnicas, <i>workshops</i> etc. Inclusão de grupos sociais vulneráveis (mulheres, idosos, pessoas com deficiência, comunidades LGBTQIPA+, refugiados e migrantes). Estruturas de Governança Participativa Criação de comitês de gestão de riscos e desastres. Incentivo ao voluntariado e iniciativas locais. Integração de práticas tradicionais e locais. Educação e Capacitação Programas de educação e capacitação comunitária. <i>Workshops</i> e diálogos interdisciplinares. Políticas multissetoriais e inclusivas. Comunicação e Informação Parcerias com meios de comunicação. Uso estratégico das mídias sociais. Campanhas de conscientização.

Saídas:	• Preparar-se para atuar de forma eficiente na implementação de mecanismos de comunicação e participação social, contribuindo para uma gestão de riscos e de desastres mais inclusiva e eficaz no Brasil. • Promover a Participação Social: identificar e implementar diferentes tipos e formas de participação social incluindo grupos sociais vulneráveis nas ações de defesa civil. • Desenvolver Estruturas de Governança Participativa: criar e gerir comitês de gestão de riscos e de desastres; incentivar o voluntariado e integrar iniciativas locais e práticas tradicionais. • Educar e Capacitar Comunidades: desenvolver e aplicar programas de educação e capacitação comunitária; organizar <i>workshops</i> e promover diálogos interdisciplinares. • Implementar Estratégias de Comunicação: estabelecer parcerias com meios de comunicação e utilizar mídias sociais estrategicamente; planejar e executar campanhas de conscientização pública. • Participar de estudos de caso e analisar situações reais de implementação de mecanismos de comunicação e participação social. • Promover a resiliência e segurança das comunidades através de práticas inclusivas e participativas.
---------	--

PRODUTO

11

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Fortalecendo a gestão de riscos e desastres no Brasil

PN-PDC 2025-2035



Mecanismos de Capacitação e Difusão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC)

Instituições participantes



Instituições conveniadas